

Estrutura social e mudanças sociais

DESCRIÇÃO GERAL DA DISCIPLINA:

A partir da análise dos conceitos de estrutura e de estratificação social, serão trabalhadas questões presentes na sociedade contemporânea que possibilitem compreender as diferenças e as desigualdades sociais. As mudanças sociais, como objeto de análise dos clássicos, também serão estudadas, uma vez que elas ajudam a compreender questões que afetam diretamente a sociedade em que vivemos. Será analisada a relação entre educação e mudança social no mundo contemporâneo. Fazem parte do conteúdo da disciplina a análise dos processos de institucionalização e de socialização e as relações de poder no interior das instituições. Nesse aspecto, a instituição escolar apresenta-se como referência concreta para a disciplina tratar as questões propostas.

EMENTA:

Conceitos de estrutura e estratificação social. Processos de institucionalização. Instituição e processo de socialização. Relações de poder no interior das instituições. A escola como uma instituição social. Teorias sociológicas da mudança social. Educação e mudança social no mundo contemporâneo.

Estrutura social e estratificação

Carlos Eugênio Lemos • José Henrique Organista

INICIANDO NOSSA CONVERSA

Caro professor cursista,

As palavras e as imagens trazem consigo visões de mundo e, quase sempre, depois de internalizadas em nossas práticas cotidianas, colaboram para naturalizar uma dada interpretação sobre nós mesmos, os outros e a realidade em que vivemos. Embora não saibam disso, as crianças são mestres no ofício do “estranhamento” da vida diária ao nos indagar sobre os significados aparentemente cristalizados das diferenças a nossa volta: “Por que eu sou pobre e ele não? Como é que se faz dinheiro? Quem é o pai e a mãe de Deus? Eu também vou morrer?”. Algumas perguntas nos deixam visivelmente embaraçados. Não só porque talvez não tenhamos uma resposta convincente, mas devido ao fato de que, provavelmente, existam muitas e para cada uma delas poderá haver um novo ‘Por quê?’, ‘Por quê?’, ‘Por quê?’.

Ora, bem sabemos que alguns de nós, os adultos, diante de tantos porquês, às vezes somos tentados a encerrar os questionamentos com uma daquelas velhas respostas que nos foram dadas: “É assim porque o mundo é assim”, “É assim porque Deus quis assim”, “É assim porque tem que ser assim”. Desta forma, não só reproduzimos as estruturas sociais em que vivemos como damos aos nossos ouvintes a impressão de que, além de imutável, a realidade social não é uma construção dos indivíduos e grupos que fazem parte dela. Ou seja, a ideia determinista de que as estruturas sociais nas quais estamos inseridos não dependem minimamente de nós.

É uma pena que, ao longo do curso de vida, nós, os adultos, vamos perdendo a atitude saudável de, sempre que possível, desnaturalizar as desigualdades observadas à nossa volta, pois se agíssemos dessa maneira colocaríamos em cheque os padrões que orientam os nossos comportamentos no dia a dia. Se você reparar bem poderá perceber que todas as nossas ações ocorrem dentro de estruturas sociais – como a exemplo desse projeto de especialização do qual estamos participando.

PROPONDO OBJETIVOS

Ao final desta aula o(a) professor(a) cursista deverá:

- ▶ Conhecer quais os elementos fundamentais que estruturam a sociedade moderna a partir de diferentes visões teóricas.
- ▶ Analisar as várias formas de estratificação social e sua ocorrência nas sociedades contemporâneas.

CONHECENDO SOBRE

Estrutura social

Diante da pergunta: “Professor, o que é uma estrutura social?”, é possível que, para facilitar a aprendizagem, uma das primeiras respostas a nos ocorrer seja a de uma “imagem – comparação” que faça parte do cotidiano do nosso aluno. Digamos que seja algo assim bem concreto, como nos exemplos comumente utilizados da visão de conjunto que se deve ter das partes diferentes que compõem um edifício, os órgãos de um corpo humano, as peças de um relógio. Porém, sabemos que essas imagens sistêmicas podem nos remeter a uma interpretação muito simplificada da vida social e, ao contrário do que esperávamos, em nada facilitar a compreensão dos nossos ouvintes/coenunciadores. Neste caso, talvez seja interessante ir em busca de uma explicação etimológica, e ao consultar um dicionário da língua portuguesa verificaremos ser “estrutura” uma palavra que também nos remete à ideia de disposição, ou seja, ao modo como as partes estão distribuídas dentro de um todo. Vejamos a definição a seguir:

es.tru.tu.ra sf (lat *structura*) 1 Organização das partes ou dos elementos que formam um todo. 2 Arranjo de partículas ou partes em uma substância ou corpo; textura. 3 Arquít Esqueleto ou armação de um edifício. 4 Disposição e distribuição das partes de uma obra literária. 5 Composição, encadeamento, urdidura. 6

Anat Disposição das diversas partes de um organismo em relação umas às outras [...].

MICHAELIS. Dicionário da Língua Portuguesa. In: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=estrutura>>

A concepção de estruturas sociais como uma organização, um sistema reificado, em que as suas partes estão inter-relacionadas de forma padronizada, separadas por limites, é uma representação recorrente nas definições que encontramos nos manuais de Sociologia. Contudo, devemos estar atentos ao fato de que – diferentemente do que sugerem as imagens reificadas de edifícios, corpos e objetos – as estruturas sociais são dinâmicas e podem ser interpretadas das mais variadas maneiras. Não existe apenas uma visão sobre quais seriam os aspectos mais relevantes para caracterizar e explicar os padrões de uma dada realidade social. Grosso modo, ao se levar em consideração algumas das perspectivas teóricas clássicas de nossa área, veremos que cada uma delas destaca aquilo que lhe parecem os pontos mais importantes para a compreensão das estruturas sociais.

a Representadas por autores com esquemas analíticos e contextos históricos diferentes como Émile Durkheim (1858-1917) e Talcott Parsons (1902-1979) – as teorias funcionalistas enfatizam o papel que as partes constitutivas assumem, tendo em vista a integração, o equilíbrio e a estabilidade do sistema. Estes enfoques foram bastante criticados por negligenciarem a dimensão conflituosa da realidade, de reduzi-la a questões patológicas, de disfunção e regulação. Contudo, devemos considerar que, embora a sua dimensão crítica possa ser questionada, elas contribuíram para a construção e treinamento do olhar sociológico no que diz respeito à perspectiva de conjunto dos processos analisados.

Nestes termos, conforme a afirmação de Sztompka (1985), para os funcionalistas a ideia de sistema pode ser aplicada a várias escalas da realidade social. Observe que a sociedade é concebida como constituída de vários subsistemas integradores (estruturas) relativamente estáveis, nos quais a unidade social básica é o papel que o indivíduo deve desempenhar. Este papel é exercido a partir da posição que ele ocupa num conjunto de inter-relações. Disso decorre que num sistema micro como a família, ou meso como o Estado Nacional, ou macro como a realidade ambiental planetária, podemos aplicar a lógica funcional que norteia a estruturação da abordagem sistêmica. Desta forma, identificaremos neles os elementos constitutivos, as inter-relações, as suas funções para o todo, os subsistemas, os padrões estabelecidos e as condições naturais.

b No caso daquelas correntes que ressaltam o conflito e a luta, a exemplos de Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920) (ainda que por caminhos diversos), o foco repousa sobre as desigualdades e as contradições que geram as tensões sociais. Vejamos alguns aspectos das duas concepções:

“Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”.

Na perspectiva marxista, existe uma verdade primária sobre o homem: para fazer história, ele precisa estar vivo. E para estar vivo precisa comer, beber, ter um lugar para morar, roupas para vestir e outros recursos para a satisfação das suas necessidades básicas. Portanto, independentemente de sua vontade ou preferência, o homem precisa estabelecer relações determinadas com outros homens, de forma a subtrair do meio natural os recursos que garantam a sua sobrevivência. Desta forma, a estrutura de uma sociedade pode ser pensada em função da infraestrutura e da superestrutura que a compõem. A primeira é uma dimensão que diz respeito às forças produtivas e as relações de produção num certo estágio de desenvolvimento histórico (escravismo, feudalismo, capitalismo). Ela serve de base para a segunda, que, por sua vez, se refere às instituições jurídicas, políticas e as formas de consciência social.

São muitas as formas específicas de organização das sociedades ao longo da História. Nestes termos, ainda que existam diferenças contextuais, vale destacar que a Marx interessava o processo pelo qual os não produtores se apoderaram de parte do produto socialmente produzido, concorrendo assim para o estabelecimento da propriedade privada, da desigualdade e do surgimento das classes. Preste atenção no fato de que a desigualdade social não surgiu de uma vontade de Deus, de diferenças de atributos naturais e nem tampouco por uma fatalidade do destino – é uma construção dos homens, a partir da apropriação do excedente e da divisão do trabalho social decorrente dela.

A compreensão interpretativa da ação social

Alguma vez, situado em uma janela de um prédio, você já parou para observar e procurar entender a imagem aparentemente “caótica” do conjunto de pessoas passando pela rua lá embaixo? Por acaso, teve a curiosidade de querer descobrir a razão intrínseca responsável pela existência e continuidade da vida social? Pois bem, na abordagem weberiana há a indicação de alguns caminhos que podem ser percorridos para investigar e problematizar estas questões. São eles: a importância das ações dos indivíduos para a compreensão da realidade social e o papel da dominação como fundamento da continuidade desta última.

O primeiro passo a ser considerado é que os fenômenos sociais só são passíveis de apreensão a partir do sentido que o indivíduo atribui as suas ações sociais, tendo por referência o comportamento dos outros indivíduos. Neste sentido, a realidade vivenciada pelo agente está constituída de várias dimensões (política, econômica, social, cultural), sendo que cada uma delas possui a sua própria lógica e, embora estejam inter-relacionadas, nenhuma se encontra submetida à outra de forma determinística. Por sua vez, o segundo passo é compreender a luta agonística que os homens e os grupos travam entre si para exercer o poder em todas as esferas da vida social, ou seja, impor a sua própria vontade dentro de uma relação social. Ora, quem de nós pode estar fora de algum esquema de dominação e obediência?

Assim, a ordem específica que irá resultar da luta social servirá de referência para a orientação do comportamento dos indivíduos. Estes, por sua vez, acreditarão que se trata de uma ordem legítima. Mas, veja bem, o sentido de que se revestem os conteúdos das relações sociais é aquele estabelecido pela vontade dominante – seja na família, na igreja, na escola, no casamento, no Estado, etc. Entretanto, em termos analíticos, não devemos tratar essas instâncias como categorias coletivas reificadas (coisificadas), mas sim entendê-las pelo prisma das relações sociais que as compõem, pois, no momento em que cessarem as ações sociais com sentido de onde estas relações se desdobram, todas as instâncias citadas perdem o seu significado sociológico e coesão. Em última instância, o que é a realidade social se não um complexo de estruturas de dominação em movimento?

c Por sua vez, para os interacionistas, a exemplos de Herbert Blumer (1900-1987) e Erving Goffman (1922-1982), percorrendo o caminho aberto pelos pressupostos da sociologia de Georg Simmel (1858-1918), o estudo sobre a vida social deve levar em consideração a experiência individual decorrente das interações simbólicas na realidade cotidiana, pois é no face a face que interpretamos a nós mesmos, aos outros e aos processos nos quais estamos imersos. Assim, quando nos referimos a assuntos que comumente estão relacionados à dimensão macro-social devemos nos lembrar que é no dia a dia, na esfera dos microeventos, que sentimos os seus efeitos imediatos. Com razão, se adotamos uma visão de estrutura como processo em que a interação simbólica tem um importante papel, tendemos a considerar pertinentes muitas das ideias defendidas nas concepções dos “pragmáticos” sociólogos americanos. Um exemplo pode ser dado no clássico trabalho de Becker (2008) sobre o desvio, tendo em vista que, mais importante do que classificar este ou aquele comportamento como desviante, ele investiga as interações que constroem tais representações, revelando assim quem fala, de onde fala, para quem fala, por que fala e quais são os diferenciais de poder que percorrem esses discursos.

d Enfim, para os utilitaristas, com base no pensamento dos teóricos liberais clássicos, a explicação sobre o funcionamento do mundo social deve levar em consideração que os indivíduos, a partir de escolhas racionais, buscam minimizar as perdas e maximizar os ganhos, ou seja, realizar trocas orientadas pela relação existente entre os custos e os benefícios de suas ações. Neste sentido, a estruturação do bem-estar coletivo está diretamente vinculada à busca de cada indivíduo, o *homo economicus*, pela sua própria felicidade.

Ora, sabendo que não existe um consenso a respeito de que abordagem teórica assumir para discorrer sobre um tema como estrutura social, sugerimos algumas ideias que consideramos importantes na estruturação dessa aula:

- ▶ As contradições, as tensões e os conflitos resultantes das desigualdades socioeconômicas têm um peso significativo para a compreensão da dinâmica de uma configuração a ser analisada.
- ▶ Qualquer estrutura tem caráter histórico, e, embora as forças de resistência às mudanças sejam poderosas, as transformações são parte dos processos sociais.
- ▶ As chamadas estruturas sociais tanto constroem quanto capacitam os indivíduos para a ação, ou seja, somos seres que se orientam pela memória da aprendizagem (reprodução) e pela liberdade “condicional” de modificar o aprendido (recriação).
- ▶ O recorte da vida cotidiana é também uma escala privilegiada e um recurso pedagógico fundamental para o desenvolvimento da imaginação sociológica. Onde decorre que as dimensões macro e micro da realidade social estão inter-relacionadas.
- ▶ Há uma mudança sensível na abordagem quando deixamos de considerar a sociedade como uma estrutura reificada e passamos a considerá-la como processos de estruturação em constante movimento.

Enfim,

Existem conjuntos específicos, feixes de relacionamentos sociais que aprendemos a destacar como significativamente importantes para a nossa vida e que tendemos a tratar com linguagem reificada: são aqueles que chamamos de grupos, comunidades, organizações, instituições, estados-nação. A sua existência como objeto é ilusória. Muito mais do que entidades estáveis que chamamos grupos, o que de fato existem são processos constantes de agrupamento e reagrupamento, existem processos de organização e reorganização, e não organizações estáveis, existem pro-

cessos de estruturação, e não estruturas, formações e não formas, configurações flutuantes e não modelos rígidos. (SZTOMPKA, 2005, p. 36)

■ **Estratificação Social**

É provável que, mesmo no ambiente virtual, muitas das relações de nossos alunos estejam marcadas por algum tipo de diferença sistematizada – seja de natureza econômica, étnica, sexual, étnica, estética, status, etc. Não raro, ao chegar à escola, o adolescente traz consigo uma visão naturalizada das desigualdades vivenciadas no dia a dia. Há realmente os que acreditam que os homens nasceram para ser servidos pelas mulheres, que a pobreza é vontade de Deus, que os brancos são superiores aos negros, que a velhice é inferior às outras etapas da vida, que os gays são aberrações, que os gordos não podem ser felizes, entre outras.

O conceito de estratificação é utilizado para se referir à desigualdade decorrente de uma distribuição diferenciada de riquezas, poder, honras e privilégios dentro de uma sociedade, a partir de uma combinação variada de elementos diferenciadores, ainda que haja a predominância de um ou alguns deles. Dependendo da forma como a sociedade se ordena/organiza ao longo da História, podemos perceber os tipos de discriminações produzidas e em que justificativas estão baseadas. Ao apanhar, como exemplo, a estrutura social do Brasil escravista colonial, verifica-se que vários elementos diferenciadores combinados entre si concorriam para produzir as desigualdades, tais como: o acesso à terra e ao mercado; as prerrogativas de ser homem ou mulher; o fato de ser branco, negro ou mestiço; as condições de livre ou de escravo; a assimilação ou não do credo cristão; entre outros. A posição de um indivíduo na estrutura dependia desses qualitativos e das suas diversas relações com os demais dentro de um contexto marcado pela existência da arbitrariedade colonialista do Estado português, da concentração fundiária, do escravismo, do modelo moral de família patriarcal, da segregação étnica, da condição civil e da imposição religiosa.

Para lembrar

A posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (superior, média, inferior) numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória, que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do trajeto social.

(BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 7).

Olhares sobre a estratificação

Definir quais são os elementos diferenciadores preponderantes, e como combinam entre si para produzirem a desigualdade, dependerá do conhecimento sobre a estrutura social em questão e da interpretação científica/política que dele fizermos. O tema da estratificação tem sido um dos principais objetos de reflexão da Sociologia desde os seus primórdios. Ao estudar a sociedade capitalista moderna, dentre outros objetivos, os autores clássicos construíram teorias e fixaram conceitos que, de alguma forma, condicionaram a “conversão” do nosso olhar sobre as distinções sociais. De maneira geral, embora todos os fatores concorram para tal, o econômico tem grande peso na realidade de um mercado capitalista global.

■ **As classes sociais**

Operar com certas terminologias requer, antes de tudo, entender de que esquemas interpretativos elas emergem. Um conceito nunca está sozinho, é relacional, designa um aspecto do processo que só pode ser compreendido a partir de sua conexão com os outros conceitos/aspectos que compõem a teoria em questão. Assim, não há um consenso sobre o significado/natureza do conceito de classes sociais, pois as suas variadas definições estão filiadas a visões teóricas e de mundo diferenciadas. A título de exemplo, discorreremos sobre aquelas consideradas definições clássicas mais presentes em nossas salas de aula:

a Para o materialismo histórico, a desigualdade está profundamente vinculada à estrutura material/de produção de uma época. Nem Marx e nem Engels (1820-1895) deixaram uma definição teórica sistematizada de classe social. Contudo, não é difícil inferi-la a partir de várias passagens de seus escritos e também da estrutura geral de suas argumentações. Nestes termos, partindo da análise do capitalismo, mas estendendo suas reflexões sobre outras épocas, devemos considerar que, como propõe Karl Marx, é sempre a relação entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos que revela o fundamento da realidade social. Portanto, a estratificação está expressa na estrutura de uma sociedade dividida em classes. Estas não podem ser definidas isoladamente, pois estabelecem entre si uma relação de complemento e contradição. De um lado estão os proprietários, detentores dos meios de produção e do capital, e, do outro, os expropriados, aqueles que só têm a força de seu trabalho para vender. A exploração e controle dos primeiros sobre os segundos, respeitando os devidos contextos históricos, vêm sendo uma constante na história das sociedades humanas.

b Sabemos que o termo liberalismo diz respeito a um conjunto de ideias que – defendidas por diferentes autores como John Locke (1632-1704), Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) – propõem a organização da sociedade a partir de certos princípios filosóficos, morais, políticos, econômicos, dentre os quais podemos destacar: a crença na racionalidade do homem; a defesa da propriedade privada como um direito natural decorrente do trabalho; a liberdade de ação dos indivíduos e o seu progresso pelo mérito; a igualdade jurídica entre os homens e a eterna vigilância sobre o poder do Estado; a livre concorrência no mercado como mecanismo eficiente para a satisfação das necessidades humanas; a proteção às liberdades civis; entre outras. Assim, se o professor opta por fazer uma clivagem da estratificação a partir da perspectiva liberal, é provável que adote a visão atomista (individualista) da realidade contrapondo-a à totalidade da vida coletiva, defendendo a ideia de que as classes sociais são um resultado das diferenças decorrentes da divisão do trabalho (produzida pelas trocas entre os homens), dos atributos naturais e das disposições apreendidas pelos indivíduos ao longo de sua formação. Desse ponto de vista, se for garantida a liberdade para que cada indivíduo utilize o seu potencial, certamente ele contribuirá para que a sociedade também se beneficie, já que, a partir da livre iniciativa e da dedicação ao trabalho, ao buscar o melhor para si (a realização de seus sonhos pessoais) de alguma forma contribuirá para a um bom desempenho do todo.

c Na perspectiva weberiana, sabendo que o conceito de classe social está relacionado à emergência do capitalismo moderno e à existência de um mercado onde se pode comprar e vender de tudo, um dos critérios fundamentais para distinção de situação/posição de classe é dada principalmente pelo tipo de propriedade utilizável para lucro que o indivíduo possui. Contudo, fazer parte de uma classe não significa estar inserido numa comunidade de identidade, mas sim estar numa dada situação/posição de mercado que permite uma ação coletiva de sentido compartilhado. Lembre-se de que, para Weber, a classe não é o elemento fundamental para compreensão do sistema econômico em questão, mas sim a lógica da empresa racional capitalista, pois é a partir desta que os indivíduos referendam os seus interesses. Vejamos a definição:

Podemos falar de uma classe quando: 1) certo número de pessoas tem em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e na medida em que 2) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda, e 3) é representado sob as condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho.

(WEBER, 1982)

Então, nesta concepção, os agentes orientam as suas ações a partir de uma posição ocupada por eles dentro de um mercado específico. Nestes termos, é bom ressaltar que a propriedade não é a única referência para o estabelecimento de diferenças entre as classes, pois os tipos de serviços que os indivíduos podem oferecer no mercado também concorrem para esse processo. Ao apanharmos o exemplo dos trabalhadores com níveis desiguais de conhecimento socialmente valorizado, poderemos perceber a diferença de situação que eles ocupam dentro do mercado. O domínio dos saberes considerados fundamentais pela ordem econômica estabelecida é um importante fator no condicionamento do tipo de emprego a ser obtido pelo indivíduo, do quanto ele vai ganhar e no estilo de vida que levará.

Enfim, assumir uma (ou mais) das concepções (marxista, weberiana, liberal) como base de sua análise em sala de aula requer estar atento às implicações de tais escolhas, tanto no que diz respeito à relevância pedagógica do que está sendo discutido com os alunos, quanto às limitações teóricas e às implicações políticas de cada uma das abordagens. Lembre-se de que, se o objetivo do Projeto Pedagógico de nossa comunidade escolar for o de ajudar o aluno a desnaturalizar a ideia de estratificação e aguçar a sua percepção crítica sobre a vida social precisamos ter como base teorias que ofereçam essas possibilidades.

■ Status

É possível que em nossas práticas profissionais, sob a influência da perspectiva funcionalista normativa, o conceito de status apareça definido como o lugar que ocupamos dentro das estruturas sociais a partir de um sistema de valores compartilhados. Esta consciência coletiva é considerada a responsável pela coesão da sociedade, tendo em vista que, como propunha Durkheim (1999), a divisão social do trabalho se apresenta como o fator fundamental para a compreensão da solidariedade orgânica do mundo moderno. Neste sentido, quando observada a hierarquia de posições nas estruturas sociais deve-se considerá-la como resultado de uma determinação inata de todos os sistemas sociais em busca do equilíbrio. Note que este olhar tende a naturalizar as desigualdades e a sublimar o conflito, pois parte do princípio que a cada indivíduo cabe uma função específica para a integração social. Assim, no topo, onde se encontram as profissões mais valorizadas, devem estar os mais qualificados para isso, e assim sucessivamente.

O conceito weberiano de “grupo de status” também é muito recorrente nos trabalhos sociológicos que abordam a estratificação do mundo social. Ele pressupõe a expectativa de um estilo de vida para aqueles que desejam gozar de certa estima social. Esta se encontra relacionada com dadas qualidades, não necessariamente econômicas, partilhadas por um

conjunto de indivíduos, tais como: ocupações e profissões, origem familiar e étnica, filiação religiosa, posição etária e de gênero. Aqueles que dos grupos específicos fazem parte, geralmente possuem um forte sentimento de pertencimento aos mesmos e estabelecem distinções em relação aos que estão fora, podendo mesmo tratá-los como pessoas de valor humano inferior. Observe que, nesta perspectiva, a dimensão conflituosa está colocada, pois os grupos disputam para fazer valer a ideia de sua superioridade assim como de tentar garanti-la pelo costume ou pela lei. Um exemplo histórico clássico é o da ordem feudal, em que os indivíduos de origem nobre gozavam de privilégios e lutaram pela manutenção dos mesmos até as portas das Revoluções Liberais dos séculos XVII e XVIII.

Uma abordagem original que versa sobre situação de status, e consegue tocar em pontos cruciais das anteriores, foi a desenvolvida por Norbert Elias e John Scotson (2000) a respeito das relações de poder nas configurações sociais denominadas de estabelecidos-*outsiders*. Partindo de um pequeno povoado inglês em que os habitantes não possuíam diferenças substanciais entre si, a não ser o fato de que algumas famílias estavam ali estabelecidas há mais tempo, os autores discorrem sobre a estratificação tendo em vista critérios extraeconômicos como a antiguidade da associação entre as famílias, a intimidade emocional e o grau de coesão de grupo. Nestes termos, a estigmatização dos moradores novos foi construída a partir de várias estratégias dos moradores antigos para a manutenção do seu poder, entre as quais foi possível observar: o monopólio exercido pelos “estabelecidos” dos cargos de importância comunitária; a divulgação de representações em que os “outsiders” são tidos como anômicos e imundos (desonra grupal) e eles ordenados e puros (carisma grupal); a fofoca depreciativa sobre aqueles antigos moradores que tentavam romper as regras estabelecidas e a valorização daqueles que as obedeciam. Então, a partir da análise empreendida nesta pequena comunidade, eles fazem inferências sobre as relações de poder entre “estabelecidos-*outsiders*” em configurações maiores.

Como é possível de perceber, não diferente do que acontece com o conceito de classe social, devemos estar atentos ao fato de que o conceito de status também sofrerá alterações de acordo com as filiações teóricas nas quais nos situarmos. Desta forma, destacamos aqui as palavras do professor Michèle Ollivier sobre a problemática que envolve o uso desse conceito na atualidade.

Assim, a sociologia precisa de conceitos de status que sejam, ao mesmo tempo, menos e mais ambiciosos que os conceitos clássicos desenvolvidos por Durkheim e Weber. Menos ambiciosos porque o status precisa ser conceitualizado não como um quadro integrativo de abrangência total, mas como um mosaico de hierarquias e estratégias múltiplas. E mais ambiciosos porque é mais difícil entender como o status opera abaixo da superfície das relações sociais entre indivíduos formalmente iguais do que

como um meio de impor fronteiras bem visíveis e reconhecidas publicamente entre grupos.

(OLLIVIER, 2009, p. 66)

As Castas

Leia o texto abaixo sobre a violência contra os *dalits* na Índia:

Preconceito – Dalits ainda discriminados na Índia

[...] Na noite de 16 de junho de 2008, Sahebrao Jondhale voltava para casa com sua caminhonete Tata Sumo quando foi obrigado a parar por um grupo de homens que jogaram querosene e atearam fogo no veículo. Jondhale – que vivia no vilarejo de Karanjala, no estado de Maharashtra – tinha comprado a caminhonete com o dinheiro que havia economizado em 15 anos de trabalho na maior metrópole da Índia, Mumbai. Segundo seus familiares, o crime foi encomendado por pessoas de castas altas do vilarejo, que se sentiam ofendidas ao verem um dalit ganhando mais dinheiro do que eles.

Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?tl=1&id=852951&tit=Dalitstadmidia-src219764-ainda-discriminados-na-ndia>>. Acesso: 26 ago. 2010.

Na sociedade moderna ocidental, aprendemos desde muito cedo a valorizar as ideias de liberdade e igualdade como garantias fundamentais de nossa existência. Partimos do princípio de que somos indivíduos emancipados, portadores de direitos, e de que é legítima a busca da própria felicidade. Essas ideias nos soam como uma verdade praticamente natural, incontestável, e que deveria ter valor universal. E é com esse olhar que estranhamos a situação vivida pelos dalits indianos descrita acima, pois nos remete a princípios diferentes de organização/ordenamento social.

Onde as suas consequências se realizaram em toda extensão, o estamento evolui para uma casta “fechada”. As distinções estamentais são, então, asseguradas não simplesmente pelas convenções e leis, mas também pelos rituais. [...] Em geral, porém os estamentos só chegam a tais consequências extremas quando há diferenças subjacentes consideradas como étnicas.

(WEBER; MAX. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982. p. 127)

O relato inicial do tópico nos remete à lógica hierárquica de funcionamento das castas. Ao caracterizar as sociedades que assim se organizam e as suas respectivas instituições, é preciso também estar atento ao entrelaçamento das coordenadas que norteiam as suas rígidas estratificações. Na Antiguidade Clássica encontramos divisões fechadas que se pau-

taram principalmente pela lógica da hereditariedade, pois a origem de nascimento determinava a profissão e posição que o indivíduo futuramente viria ocupar na estrutura social – do escravo analfabeto ao sacerdote letrado. E, no entanto, como acontece na realidade, alguns critérios de distinção – gênero, etnia, religião – vinham inter-relacionados com aquele considerado preponderante.

No caso da Índia moderna, a discriminação por casta, ainda que banida desde a Constituição de 1950, mostrou grande flexibilidade e, principalmente no mundo rural, persistiu como uma prática arraigada. Isso significa dizer que se trata de um processo bem complexo, pois com a urbanização e industrialização as desigualdades respaldadas por base religiosa misturaram-se com as diferenças sociais de ordem econômica. Nestes termos, uma posição superior de casta não significa uma posição superior de classe, donde decorre que o dinheiro não dilui necessariamente o preconceito – vide o exemplo do “intocável” agredido na reportagem citada anteriormente. Contudo, desde meados do século passado, a Índia adotou o sistema de cotas, reservando para os dalits cerca de 22,5% de vagas na administração pública e nas universidades federais como forma de corrigir uma dívida histórica. E, segundo a mídia internacional, milhares destes indianos, classificados e tratados como párias, estavam convertendo-se ao budismo e ao cristianismo na tentativa de fugirem das estratificações promovidas por certas interpretações do Vedas, o livro sagrado do hinduísmo.

Contudo, nunca é demais lembrar que, para o antropólogo Louis Dumont (1985), o olhar que lançamos sobre o sistema de casta tem um efeito de mão dupla, pois não revela apenas a lógica ideológica em que se estrutura a organização de uma sociedade tradicional – pautada no princípio da hierarquia –, revela também os aspectos ideológicos de nossa sociedade ocidental moderna baseada no valor do individualismo/igualitário. Portanto, são configurações construídas pelos homens e nada possuem de natural. Segundo este autor, ao analisarmos o sistema de castas da Índia, reduzindo-a à mera estratificação, perdemos de vista o princípio mais importante para compreensão daquela sociedade: a hierarquia pautada na ideologia da pureza/impureza, condicionada por uma ordem cósmica transcendente. Onde enxergamos apenas desigualdades, as castas veem o respeito ao princípio da totalidade.

CONHECENDO MAIS SOBRE

Uma discussão sobre Estrutura e estratificação é praticamente inesgotável. Desta forma, indicamos as seguintes leituras para você conhecer um pouco mais sobre as principais questões que levantamos ao longo dessa aula: ↓

- Leia sobre “O retrato das desigualdades” (3ª. edição – 2008) no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a partir de dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Trata-se de uma pesquisa sobre as desigualdades sociais com recortes em gênero e raça/cor.

Link: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/081216_retrato_3_edicao.p>.

- É possível encontrar muitos livros de Karl Marx disponibilizados para o público virtual. Aqui você encontrará obras como “A ideologia alemã”, “O Manifesto Comunista”, “Uma contribuição para a crítica da Economia Política”, e muitas outras.

Link: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>>

Alguns autores contemporâneos desenvolvem suas próprias teorias e reflexões sobre a sociedade a partir das abordagens clássicas de Durkheim, Weber e Marx. Caso você disponha de algum tempo, e tiver acesso às obras, recomendamos as leituras de: ↓

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Leia o texto “Espaço social e gênese de classe”, p. 133-161.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo – a transformação da pessoa em mercadoria*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007. Leia o texto: “O segredo mais bem guardado da sociedade de consumidores”, p. 7-35.

Sobre grupos de status: ↓

- Uma análise sobre a pertinência do conceito de status na realidade atual pode ser encontrado no artigo “Status em sociedades pós-modernas: a renovação de um conceito”. Michèle Ollivier. Revista Lua Nova, nº 77. São Paulo, 2009.

Link: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452009000200002&script=sci_arttext>.

Sobre a persistência das castas na atualidade, os links a seguir trazem duas reportagens interessantes: ↓

- Neoliberalismo aprofunda exclusão dos dalits.

Link: <http://www.revistaforum.com.br/sitefinal/EdicaoNoticialIntegra.asp?id_artigo=5281>.

- Um tom mais claro – Clarear a pele virou obsessão na Índia, um reflexo da antiga divisão em castas.

Link: <http://veja.abril.com.br/180106/p_087.html>.

COMO VIMOS NESTA AULA...

A escolha de quais abordagens a serem trabalhadas pelo professor para discutir Estrutura e estratificação social não é uma atitude sem implicações, traz sempre consigo uma dada convicção acerca do funcionamento do mundo social. Desta forma, dependendo do lugar teórico em que nos situamos para olhar a realidade, destacaremos estes ou aqueles elementos considerados mais importantes, e isso, certamente, traz consigo a responsabilidade política de nossas escolhas. Vimos também que existem várias formas combinadas de se produzir a estratificação na realidade social e de como o fator econômico cada vez mais é considerado muito importante para essa clivagem no mundo contemporâneo.

ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

- 1 Como vimos, dependendo das escolhas teóricas de um estudioso, as mais diversas explicações podem ser dadas para um dado fenômeno social. Nestes termos, no que diz respeito a você, responda à seguinte questão: qual a sua classe social? Faça uma pesquisa sobre a sua família e verifique as variáveis de nível de instrução, moradia e renda. Há muitas diferenças entre vocês? Quantos conseguem se diferenciar da média? Analise os resultados encontrados e apresente ao monitor as suas conclusões acerca do seu pertencimento a uma determinada classe social.
- 2 Digamos que você esteja ministrando uma aula sobre “Estrutura e estratificação social”. Elabore uma atividade com a tabela abaixo tendo por objetivo levar os alunos a identificarem os problemas que podem ser levantados quando tentamos olhar a realidade a partir da classificação que ela propõe. Proponha uma pesquisa para investigar se a raça/cor influencia na diferença de rendimentos entre pessoas que exercem a mesma profissão.

Classe Social	Renda Mensal (Salário Mínimos)	Renda Mensal em R\$
A	+ de 15 SM	+ de R\$ 6.225,00
B	+ de 5 SM até 15 SM	de R\$ 2.075,00 a R\$ 6.225,00
C	+ de 3 SM até 5 SM	de R\$ 1.245,00 a R\$ 2.075,00
D	+ de 1 SM até 3 SM	de R\$ 415,00 a R\$ 2.075,00
E	até 1 SM	até R\$ 415,00

Fonte: Adaptado de PNAD 2008, ABEP 2009 e Fundação Getúlio Vargas. Considera salário mínimo vigente em 2008 de R\$ 415,00

REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard. *Outsiders – estudos de sociologia do desvio*. Trad. Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da acção*. São Paulo: Papyrus, 1996.
- DUMOND, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DURKHEIM, Emile. *Da divisão do trabalho social*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ELIAS, Norbet; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- OLLIVIER, Michele. Status em sociedades pós-moderna a renovação de um conceito. *Lua Nova*. n. 77. São Paulo, 2009.
- SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

Instituições sociais e socialização

Carlos Eugênio Lemos • José Henrique Organista

INICIANDO NOSSA CONVERSA

Caros Professores Cursistas,

Aprendemos desde cedo que, ao nascer, o homem encontra um mundo repleto de valores, normas, regras e costumes, ao qual, independente de sua vontade, ele tem que se adaptar. Essa adaptação vai se construindo enquanto processo de socialização que atravessa diferentes fases, iniciando na família, passando pela escola, pela igreja, pela recreação, pelo Estado, pelos meios de comunicação, enfim, pelas instituições sociais em geral. De toda forma, em nossa realidade, para onde quer que o indivíduo vá ou pense em ir, estará sempre lidando com instituições. Do momento em que nasce ao momento em que morre, o homem é cercado por uma série de procedimentos por parte daqueles com quem possui vínculos. E, por que não dizer, também depois da morte, tendo em vista que permanecerá na memória dos seus entes queridos e poderá ser evocado a partir de rituais específicos das lembranças sociais do seu grupo de pertencimento. Como bem disse o poeta Vinícius de Moraes (1960), “para isso fomos feitos: para lembrar e ser lembrados/ para chorar e fazer chorar/ para enterrar os nossos mortos – por isso temos braços longos para os adeuses/ mãos para colher o que foi dado/ dedos para cavar a terra”.

Contudo, ainda que as ideias do parágrafo anterior sejam pertinentes, não nos esqueçamos da concepção de liberdade do filósofo Merleau-Ponty (1999). Não se trata apenas de nascer no mundo – de se adaptar a um mundo já pronto e simplesmente naturalizá-lo – mas também de nascer para o mundo, de explorar as suas infinitas possibilidades e recriá-lo constantemente. Lembre-se de que em nossa primeira aula chamamos a atenção para o fato de que os homens não só reproduzem como (re)criam a sociedade a partir da suas redes de interações. Nestes termos, as instituições sociais de que fazemos parte expressam as tensões constitutivas da vida coletiva, marcada por mudanças e pelas chamadas “prisões de longa duração”.

PROPONDO OBJETIVOS:

Incentivar os professores cursistas a perceberem que a vida individual está entrelaçada com aspectos societários mais amplos.

Compreender que as instituições sociais são socialmente construídas e interdependentes.

CONHECENDO SOBRE

Instituições sociais e socialização

Processos de socialização

Rezam os ditados populares que, no processo de “criação” de uma pessoa, “quem é bom já nasce pronto” e “pau que nasce torto nunca se endireita”. Essas ideias podem até parecer defensáveis para quem acredita que o comportamento social seja explicado por determinismos biológicos e/ou fatalismos de natureza diversa. Porém, na imaginação sociológica desenvolvida em nossas aulas, pelo contrário, ninguém nasce com uma individualidade pré-definida ou está fadado a um destino específico. Os processos de interações sociais ao longo da vida condizionarão a biografia do indivíduo desde a sua mais tenra idade, de forma a servirem de base para a construção de sua individualidade. Eles permitem a orientação das ações de cada um em conformidade com as suas próprias expectativas, as dos grupos e a dos ambientes sociais em que se encontram inscritos, já que essa capacidade de agir e reagir a partir daquilo que supomos ser correto ou incorreto não é, obviamente, inata – mas, sim, uma construção na qual concorrem diversos fatores.

Na visão clássica do funcionalismo durkheimiano, a socialização é um processo que tem por objetivo internalizar normas, costumes e comportamentos socialmente aceitos através de sistemas de punições e recompensas, bem como pelo sentimento de legitimidade que os indivíduos possuem

das normas e regras impostas a eles. Nestes termos, vários princípios concorrem para a eficiência dessa conformação, tais como: a força da socialização primária da criança, a partir da educação familiar; a importância da socialização secundária, nas instituições que serão frequentadas fora de casa; o peso maior das relações de longa duração e os exemplos daqueles que são considerados afetivamente mais próximos, entre outros. Por conseguinte é possível afirmar que sem a socialização institucional a adaptação dos indivíduos à sociedade seria, senão impossível, muito difícil de ser realizada.

Entretanto, para autores adeptos da abordagem do interacionismo simbólico, o uso desta concepção funcional periga induzir a um sentido limitado da realidade em questão, uma vez que em tal abordagem a ideia de socialização parece apresentar os seguintes problemas: privilegia a dimensão normativa institucional, dando margem para leituras estigmatizantes dos comportamentos que fogem aos padrões estabelecidos; dificulta a compreensão de que a socialização é fruto de processos amplos, contínuos, não lineares e nem restritos ao período da infância; hipostasia a ação do adulto nessa empreitada, assim como minimiza a possibilidade de alguma autonomia por parte da criança; e tende a perceber a relação indivíduo-sociedade de forma dicotômica e, às vezes, coisificada. Desta maneira, o professor que adota tal perspectiva corre o risco de construir com o aluno uma ideia de socialização seguindo uma via de mão única, em que se fortalece o papel da ordem constituída e se negligencia a margem de liberdade dos indivíduos acerca de suas experiências.

Ora, se o uso da terminologia socialização parece limitado pelo caráter normativo do funcionalismo, o mesmo não acontece com a concepção de “processos de socialização”, que se encontra ancorada na abordagem formalista do sociólogo Georg Simmel (2006) de que, nessa entidade chamada sociedade, os indivíduos estão inter-relacionados, exercendo influências múltiplas entre si. Desta forma, não é possível operar com a ideia de uma sociedade cristalizada, pronta, que se coloca acima do indivíduo, mas sim com a ideia de processo de socialização expressando a dinâmica das interações e levando em consideração os tamanhos dos grupos, as relações de dominação e subordinação, os conflitos, os conhecimentos e segredos que possuímos uns sobre os outros. (FILHO, 1983)

Pense sobre:

“Para compreender alguém, é preciso conhecer os anseios primordiais que este deseja satisfazer. A vida faz sentido, ou não, para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações. Mas os anseios não estão definidos antes de todas as experiências. Desde os primeiros anos de vida, os desejos vão evoluindo, através do convívio com outras pessoas, e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso de vida” (ELIAS, NORBERT, 1995).

Seguindo este raciocínio, podemos citar as contribuições de diferentes autores para o desenvolvimento de uma abordagem interacionista dos processos de socialização: do pragmatista William Thomas (1863-1947), ao elaborar o termo definição de situação (apud Becker, 1996), entendendo-a como a avaliação das possibilidades feita pelo indivíduo antes da ação; G.H. Mead (1934), ao operar com os conceitos de “mente”, “self” e “outro” generalizado na análise do ato social; Erving Goffman (1985), ao fazer analogia entre as interações humanas e o teatro com seus bastidores, fachadas e molduras; Herbert Blumer (1984), ao cunhar o conceito de interacionismo e dar continuidade aos estudos de Mead; apenas para citar alguns. Observe que esses autores, cada um à sua maneira, ao adotarem a perspectiva interacionista abriram espaço para a socialização ser pensada em seus mais variados processos (em todos os momentos de nossas vidas), numa via de mão dupla, considerando o equilíbrio entre as pressões normativas das chamadas instituições sociais e a relativa liberdade de que gozam os indivíduos diante de tais condicionamentos.

Para não esquecer:

“A sociedade não é algo estático, acabado; pelo contrário, é algo que acontece, que está acontecendo. O objeto da sociologia são esses processos sociais, num constante fazer, desfazer e refazer, e assim sucessivamente. É através de múltiplas interações de uns-com-os-outros, contra-os-outros e pelos-outros que se constitui a sociedade, como realidade inter-humana” (FILHO, 1983).



A família é considerada uma instituição fundamental na socialização primária do indivíduo e para transferência de apoio ao longo da vida. Observe que em muitos livros didáticos ela vem sempre representada pelo modelo nuclear – como se fosse o único existente

As instituições sociais

Inicialmente, conforme propõe Durkheim (1978), para efeito didático definiremos instituições sociais como um conjunto de normas, crenças e valores, estabelecidos socialmente, que têm por finalidade orientar e satisfazer as necessidades humanas. Em outras palavras, elas atuam como instrumento efetivo de controle, regulação, proteção e orientação de nossas atividades. Assim, nessa condição – a família, a escola, a igreja, o Estado estão presentes em muitas sociedades. Portanto, podemos chamá-las de instituições universais. Mas é bom deixar claro que, embora universais, elas não existem em todas as sociedades da mesma forma, em todos os tempos e com os mesmos conteúdos prescritivos.

Pois bem, ao observarmos essas instituições nas sociedades, a despeito de suas diferentes formas e conteúdos, é possível responder qual a natureza de sua existência? Essa não é uma tarefa fácil. Como vimos na nossa primeira aula, podemos esquematicamente relacionar algumas correntes teóricas que, cada qual à sua maneira, proporciona abordagens específicas da realidade social. Portanto, em relação às instituições sociais não será muito diferente, também selecionaremos três daquelas interpretações – o funcionalismo, o materialismo histórico dialético e a sociologia compreensiva – e inferiremos sobre as suas implicações. Vejamos, então.

Para o funcionalismo, as instituições são essenciais para o desempenho harmônico da sociedade, ou seja, elas nascem das necessidades de controle e satisfação da ordem social. Por isso representam a consolidação das normas, das regras e/ou leis que formam uma consciência coletiva, possibilitando assim a integração entre os diversos membros da sociedade. Sob a ótica de Durkheim, podemos observar que as instituições,

como heranças deixadas pelas gerações anteriores, permitem que os indivíduos saibam como agir e se comportar visando à estabilização da vida em sociedade. Assim, a harmonia e a coesão da sociedade dependem da consolidação dos valores, das normas e das leis. Nesse sentido, a anomia – o conflito – se dá justamente pela não consolidação dessas normas e valores pelas instituições sociais.

De acordo com o pensamento materialista dialético, somente podemos compreender as instituições sociais pelas relações de antagonismos, complementaridade e contradições entre as classes sociais. Diferentemente de Durkheim, Marx vê o conflito como essencial na dinâmica da realidade histórica. Desta forma, as instituições

sociais têm suas origens nas relações dialéticas entre os meios de produção e as forças produtivas. Dito de outra maneira, elas são “reflexos” das relações de produção e fazem parte da superestrutura ideológica. Assim, a consciência coletiva precisa ser explicada, posto que “a produção da vida material domina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual” (MARX, 1999). Ora, em conformidade com este pensamento, dentro do sistema capitalista as instituições sociais cumprem a função de propagar e defender as ideias que concorrem para a naturalização da visão de mundo dos materialmente mais fortes.

Muito embora as instituições sociais tendam a defender os valores dominantes, expressando dessa forma os diferenciais de poder entre as classes antagonônicas, elas não podem e nem devem ser resumidas a um mero caráter reprodutivista. Para sermos mais exatos, deveremos pensá-las como o resultado das estratégias desenvolvidas pelos diferentes sujeitos sociais,



A polícia enquanto braço armado da ordem. Centro de Convenções de 26 de junho de 2010 em Toronto, Canadá.

seja desempenhando um papel ativo na reprodução social ou, pelo contrário, quando conscientes da exploração e organizados politicamente, lutando pela transformação. Nestes termos, basta lembrarmos da importância dada por um teórico e ativista político marxista como Gramsci à dimensão transformadora da escola no seu projeto de revolução cultural, ou seja,

[...] Assim, a escola criadora não significa escola de inventores e descobridores; ela indica uma fase e um método de investigação e de conhecimento, e não um programa pré-determinado que obrigue à inovação e à originalidade a todo custo. Indica que a aprendizagem ocorre notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente, e no qual o professor exerce apenas a função de guia amigável, como ocorre ou deveria ocorrer nas universidades. (GRAMSCI, 1991, p. 125)

Por sua vez, na perspectiva weberiana temos que levar em consideração que as instituições não são instâncias reificadas e, para compreendê-las, dependeremos das relações sociais que lhes servem de base. Já reparou como no dia a dia, em muitas situações, nutrimos expectativas a respeito do comportamento das outras pessoas, e vice-versa? Para Weber, o conceito de relações sociais abarca essa situação em que vários indivíduos estão envolvidos e cada um espera que o outro se comporte de acordo com aqueles conteúdos de sentidos compartilhados dentro de uma dimensão da realidade. Mas o que garante que os indivíduos obedecerão a uma dada ordem, mantendo a regularidade dos conteúdos de suas ações e relações sociais? Isso só será possível a partir do esquema dominação – obediência.



As instituições sociais têm como base as ações e relações sociais que lhes dão sentido, fora disso tornam-se uma ideia vazia e sem razão de ser.

Os indivíduos e grupos lutam em todas as esferas da vida social para impor aos outros os conteúdos e sentidos que estejam mais consonantes com os seus interesses, de forma que para os que vão obedecer pareça legítimo orientar as suas ações por aquelas determinações. Nestes termos, o que chamamos de instituições sociais nada mais são do que organizações que só têm sentido a partir das ações e relações sociais que as constituem na luta. Como disse Weber (2002, p. 46), “um Estado perde seu significado sociológico tão logo se torne provável que cesse de manifestar qualquer espécie de ação social com sentido”. Essa ideia também é aplicável à família, à escola, ao mercado e a tantas outras instituições.

Enfim, podemos afirmar que as instituições sociais, para a sua correta compreensão, devem ser pensadas como relacionais. Elas são interdependentes. Em nosso cotidiano fica visível a conexão entre elas, basta observarmos como a família, a escola, a igreja, o mercado e o Estado mantêm entre si relações de convergência e divergência. Em outras palavras, a transformação numa instituição gera reações e mudanças nas demais. Utilizemos para isso dois exemplos. O primeiro diz respeito a um processo histórico de grande amplitude: a passagem do sistema feudal de produção para o capitalista não implicou somente numa transformação das relações econômicas, mas também marcou o surgimento dos trabalhadores livres, as transformações nas relações familiares e a criação de novos aparatos jurídicos para garantir a igualdade de todos perante a lei. Ao estudarmos o período, descobrimos que não foram poucos os homens e as instituições que reagiram às mudanças, pois as entendiam como nefastas para a sociedade como um todo.

O segundo exemplo pode ser apanhado na atualidade, o problema sobre quem deve e por que deve ser responsabilizado pelos idosos fragilizados/dependentes encontrados em situação de abandono nas grandes cidades brasileiras. Quem? A família, o mercado e/ou o Estado? Muito embora faça referência ao compromisso da sociedade e do poder público, o Estatuto do Idoso aponta a família como a primeira responsável na transferência de apoio, considerando-a a base da sociedade e a promotora da dignidade humana de seus membros. Porém, na atualidade convivemos com vários modelos de família (assunto que discutiremos na próxima aula), visto que ela veio passando por sensíveis modificações ao longo das últimas décadas do século XX. As que têm condições materiais podem contratar serviços num mercado que, mesmo lentamente, já se volta para as demandas de uma população que envelhece. Por outro lado, diante de famílias nucleares, desprovidas de condições para isso, em que os adultos responsáveis se encontram no mercado de trabalho, como assumir tal responsabilidade? Neste caso, seria necessário que o Estado se ajustasse para fornecer o apoio necessário aos idosos fragilizados em situação de risco. Confira essa situação na reportagem que se segue.

➔ **Sugestão:** O Estatuto do Idoso propõe que a discussão sobre o envelhecimento seja incluída nos currículos da Educação Básica no Brasil. Depois de ler a reportagem, reflita sobre como essa temática poderia ser trabalhada em aulas de Sociologia do Ensino Médio.

Pesquisadores analisam violência contra idosos no Brasil

SÃO PAULO

De 1991 a 2000, o número de brasileiros com mais de 60 anos aumentou 35%, enquanto a população com menos de 60 anos cresceu 14%. Em 2000, 13.436 idosos morreram por acidentes ou violência no País, com uma média de quase 37 por dia. A maioria, 66%, do sexo masculino. Os dados foram levantados pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde (Claves), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a partir do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (DataSUS). A partir desse cenário, os pesquisadores da Fiocruz resolveram investigar o papel da violência no cotidiano dos idosos. Foram analisadas as características do agressor e do tipo de agressão sofrida por 898 indivíduos com mais de 60 anos, de ambos os sexos, atendidos em 2004 pela Delegacia do Idoso e pelo Núcleo Especial de Atendimento à Pessoa Idosa (Neap), no Rio de Janeiro. Edinilsa Ramos de Souza, responsável pelo levantamento, aponta que a maior parte dos maus-tratos ocorreu em indivíduos do sexo feminino. Além de 62% das vítimas agredidas na Delegacia do Idoso e 76% no Neap serem mulheres, a grande maioria dos agressores também era do sexo feminino. Ou seja, temos um cenário em que mulheres mais jovens estão agredindo idosas, disse. Do ponto de vista da mortalidade, os homens estão à frente. Mas do lado da violência não letal, a prevalência é de mulheres. Com relação ao vínculo das vítimas com o agressor, 54% dos agressores eram filhos ou enteados da vítima e 17% amigos ou conhecidos. Isso mostra que a maior parte da violência contra o idoso é doméstica. Aqueles que cuidam dos mais velhos não estão capacitados a fornecer a atenção especial de que seus familiares necessitam, disse a pesquisadora do Claves. As duas principais queixas relatadas pelos idosos foram maus-tratos físicos ou psicológicos (48%) e apropriação indébita de bens (13%). Lesão corporal, crueldade e negligência, abandono, estelionato e discriminação vêm em seguida. Sobre a relação entre violência e direitos dos mais velhos, o estudo aponta ainda que os idosos têm medo de prestar queixa, devido ao receio de serem abandonados pela família. Com isso, a violência impede que eles busquem seus direitos. O pior é que cerca de 70% da violência sofrida pelos idosos não faz parte das estatísticas. Esses casos não chegam aos serviços de saúde, disse Edinilsa.

Fonte: <<http://www.estadao.com.br/ciencia/noticias/2006/jul/04/217.htm?RSS>>

CONHECENDO MAIS SOBRE

Bem sabemos que uma discussão como instituições e socialização possui vários aspectos que, por questões curriculares e de duração do tempo de aula, nem sempre temos como abordá-los. De qualquer forma, ficam aqui algumas dicas de leitura de livros e artigos que poderão ajudá-lo a ampliar e aprofundar a discussão que estabelecemos nessa aula: ↓

- Uma elucidativa análise sobre os “processos de socialização” na perspectiva da sociologia da infância, baseados nos aportes teóricos de Georg Simmel, e relacionando-os com a obra de G. H. Mead sobre a *self* pode ser encontrada no artigo: *O conceito de socialização caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead*. Autora: Tamara Grigorowitschs. Fonte: Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 102, p. 33-54, jan./abr. 2008.
Link: <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- Um documentário rico, e que abre uma possibilidade para discutir o processo de socialização e institucionalização envolvendo “meninos na rua”, é o premiado “O ônibus 174”, do diretor e roteirista José Padilha. Trata-se de uma radiografia social do sequestro ocorrido no ano de 2000, no Rio de Janeiro, e que resultou na morte de uma passageira e do próprio sequestrador. Caso venha a assisti-lo, observe como foi alinhavada a biografia do “protagonista” (o sequestrador) com os constrangimentos das estruturas sociais nas quais estava inserido.
- Um trabalho sobre o papel de instituições religiosas como instâncias disciplinares e socializantes de jovens pode ser encontrado no artigo: “*Os cuidados com a “carne” na socialização sexual dos jovens*”. Autor(es): RIOS, Luís Felipe; PAIVA, Vera; MAKSUD, Ivia; OLIVEIRA, Cinthia; CRUZ, Cláudia Maria da Silva; SILVA, Cristiane Gonçalves da; TERTO JUNIOR, Veriano; PARKER, Richard. Fonte: Psicol. estud. 13(4): 673-682, ND. 2008 Dec.
Link: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000400005&lang=pt>
- Uma análise sobre a desvalorização da autoridade dos responsáveis familiares nos programas televisivos infantis e da oferta de poderes tirânicos às crianças pode ser encontrada no artigo: *De “papai sabe tudo” a “como educar seus pais”: considerações sobre programas infantis de TV*. Autor(es): BRITO, Leila

Maria Torraca de. Fonte: *Psicol. Soc.* 17(1): 48-55, ND. 2005 Apr. SciELO Brasil Idioma(s): Português.

Link: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000100007&lang=pt>.

- Uma reflexão sobre o processo de socialização e construção de identidades a partir da interação entre a família, a escola e a mídia pode ser encontrada em: Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. Autor(es): SETTON, Maria da Graça Jacintho. Fonte: *Educ. Pesqui.* 28(1): 107-116, ND. 2002 Jun. SciELO Brasil Idioma(s): Português.
Link: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100008&lang=pt>.
- Em sua obra clássica “Manicômio, prisões e conventos”, o sociólogo Ervin Goffman discorre sobre as características das instituições totais/fechadas, mostrando como os indivíduos são segregados em seu interior, discorrendo também sobre a carreira moral do doente mental, o modelo médico e a hospitalização psiquiátrica. Caso seja possível ter acesso ao livro: GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2008, não deixe de ler o capítulo “As características das Instituições Totais”, da página 13 a 108.
- Para ter uma visão panorâmica da violência cometida contra idosos no Brasil, leia o texto *Idosos vítimas de maus-tratos domésticos: estudos exploratórios das informações levantadas nos serviços de denúncia*. Autoras: Maria Tereza Pasinato; Ana Amélia Camarano; Laura Machado. Rio de Janeiro, julho de 2006.
Link: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1200.pdf>.
- Caso queira ter acesso a textos diversos para pensar uma forma de incluir e organizar a discussão do envelhecimento no currículo da sua escola, consulte o material disponível no site da Universidade Aberta da Terceira Idade, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Link: <<http://www.unati.uerj.br/>>.

COMO VIMOS NESTA AULA...

Pela perspectiva funcionalista, a socialização pode ser definida como o processo de internalizar nos indivíduos valores e padrões comportamentais aceitos. Nestes termos, as instituições têm o papel de acomodá-los às regras e aos costumes vigentes na sociedade, dificultando o surgimento de condutas consideradas desajustadas ou supostamente desviantes. Entretanto, na concepção do interacionismo simbólico, devemos tratar a “socialização” como processos de socialização, tendo em vista que o sujeito socializado não é passivo e interage em várias instâncias de sua vida, podendo fazer escolhas com certa margem de liberdade.

Vimos também que, dependendo da abordagem teórica a ser adotada, as instituições sociais receberão diferentes interpretações acerca da sua natureza e papel: no caso do funcionalismo, elas são consideradas vitais para o equilíbrio do sistema; no materialismo histórico e dialético, expressam as contradições e desigualdades de classes; na sociologia compreensiva, não podem ser reificadas, pois expressam sentidos que resultam das lutas, que, por sua vez, têm como base as ações sociais dos indivíduos.

ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

- 1 Avalie o uso das abordagens funcionalista e interacionista da “socialização” em termos de sua contribuição para a construção de uma nova postura cognitiva de nosso aluno e para o exercício crítico dos seus direitos de cidadão. Será que as duas contribuem para isso? Discorra sobre a sua conclusão e compare-a com a dos outros colegas professores.
- 2 Muitos importantes autores já discorreram sobre o processo de socialização analisando minuciosamente as fases percorridas pelo indivíduo em seu desenvolvimento sociocognitivo ao longo da vida. Faça uma pesquisa e compare, sinteticamente, o que propõem George. H. Mead, em sua teoria dos três estágios, Sigmund Freud, em sua teoria da psicanálise, e Jean Piaget com as etapas do desenvolvimento cognitivo.

REFERÊNCIAS

- BERGER, Peter; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.
- BLUMER, Herbert. *Symbolic interactionism*. Chicago: University of Califórnia Press, 1984.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Trad. Maria Isaura de Pereira Queiroz. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- ELIAS, Norbert. *Mozart – sociologia de um gênio*. Trad. Sérgio Côes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- FILHO, Evaristo de Moraes (Org.). Formalismo sociológico e a teoria do conflito. In: SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *O 18 Brumário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MEAD, G. H. *Mind, Self and society from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: University of Chicago, 1934. Disponível em: <http://www.brocku.ca/MeadProject/Mead/pubs2/mindself/Mead_1934_toc.html>. Acesso em: 17 ago. 2010.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MORAES, Vinícius. *Antologia Poética*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960. p. 147.
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- BECKER, Howard. A Escola de Chicago. *Mana* vol.2 no.2 Rio de Janeiro Oct. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200008>. Acesso em: 25 ago. 2010.
- WEBER, MAX. *Conceitos básicos de Sociologia*. Trad. de Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002.

Relações de poder no interior das instituições

Carlos Eugênio Lemos • José Henrique Organista

INICANDO NOSSA CONVERSA

Caros Professores Cursistas,

É provável que você já tenha percebido que a sociedade pode ser representada como uma teia de aranha. Isso porque cada definição, conceito e categoria de análise são interdependentes, ou seja, cada linha que você puxa vai levando a outra e assim por diante. E é justamente essa ligação entre as linhas que dá sustentação e força para a existência da sociedade. Cada indivíduo possui uma vasta e complexa rede de relações sociais que se entrecruzam de forma interminável. É bem provável que em cada uma delas o indivíduo ocupe posições diferenciadas em relação ao seu papel, função, status, prestígio, etc. Esse fato demonstra que a sociedade é dinâmica e histórica, estando assim em constante transformação em referência às suas normas, regras, costumes e ritos. A instituição familiar, por exemplo, não é hoje a mesma que foi no Brasil colonial. O mesmo acontece com a educação e as demais instituições sociais. Não estamos afirmando, isso é importante, que as instituições sociais se transformam repentinamente. Longe disso. O que desejamos ressaltar é que, a despeito de sua aparência fixa e imutável, as instituições sociais se modificam num processo contínuo e, às vezes, somente perceptível por outras gerações.

PROPONDO OBJETIVOS

Ao final dessa aula o professor cursista deverá:

- ▶ Compreender que as relações de poder se encontram na base de nossas experiências institucionais.
- ▶ Perceber e avaliar que não existe apenas o exercício de poder na dimensão macrosocial de nossa existência, mas também lá no cotidiano, no varejo, naqueles momentos em que sequer imaginamos a sua existência.

CONHECENDO SOBRE

As relações de poder nas instituições

Na aula anterior observamos que as instituições sociais são interdependentes. Contudo, para efeito de maior clareza didática, iremos expô-las aqui separadamente. Tratar de todas as instituições deixaria esse módulo muito extenso, por isso escolhemos três delas para ilustrar as nossas reflexões: a Família, a Escola e o Estado. Esta escolha não foi aleatória, levamos em consideração o fato de que tais instituições são fundamentais na dinâmica da área em que atuamos: a Educação. Com isso, não queremos minimizar o papel que a religião, o mercado, os meios de comunicação e outras instituições têm em nossas práticas pedagógicas e nas culturas escolares. Pelo contrário, bem sabemos que volta e meia temos que lidar no cotidiano com as demandas oriundas dessas instâncias. Quantas informações os nossos alunos não trazem da indústria cultural, como no caso da televisão, do rádio, da internet, não é mesmo? Não obstante, um dos principais desafios que enfrentamos na atualidade diz respeito a uma maior clareza acerca das responsabilidades da família, da escola e do poder público no processo educacional das crianças e dos adolescentes.

As famílias

A família é o ponto de partida, o primeiro grupo social a que pertencemos. É uma instituição social básica cuja estrutura pode variar tanto na forma quanto no conteúdo, no tempo e no espaço. Enquanto instituição, de maneira geral, tem por função a regulamentação das relações de parentesco, da procriação, das relações sexuais, da manutenção e da socialização dos seus membros. Seja monogâmica (união de um homem com uma mulher), poligâmica (união de um homem com várias mulheres) ou poliândrica (união de uma mulher com vários homens), ela reflete a imposição da coletividade, bem como a influência da instituição religiosa, num claro exemplo da interdependência. Segundo Bottomore, embora o mundo esteja muito mais próximo da guerra nuclear, “códigos religiosos e morais raramente deram às disposições econômicas e

políticas a mesma atenção que dão ao comportamento sexual e à família” (1975, p. 175). Esta inter-relação fica ainda mais perceptível na defesa exaustiva que as instituições religiosas fazem do que entendem ser o comportamento sexual adequado para o casal e o modelo de família aceitável aos “olhos de Deus”.

Note que na definição dos tipos de família, no parágrafo anterior, utilizamos como base a relação sexual e afetiva entre homens e mulheres para estruturar o conceito em questão. Contudo, essa referência vem se mostrando cada vez mais limitada quando a utilizamos para analisar a variedade de arranjos familiares que encontramos na atualidade. Quem de nós não conhece ou assistiu a uma telerreportagem tratando de famílias homoparentais (em que o casal é formado por pessoas do mesmo sexo), monoparentais (em que são formadas apenas por um dos pais) ou anaparentais (em que não existe casal ou presença de ascendentes)? Muitas jurisprudências, decisões de tribunais de justiça acerca de matérias semelhantes, vêm sendo produzidas a partir das demandas que emergem dessas configurações e que encontram respaldo na Constituição de 1988, na medida em que esta se pauta pelo princípio da dignidade da pessoa humana.

Como sugere Giddens (1993), as mudanças que se operam em nossa intimidade são a maior revolução em curso na atualidade. De um modelo de família tradicional – predominante em boa parte do século XX, de caráter econômico (a propriedade como base do casamento), extensa (grande número de membros), baseada na assimetria de poder (as ordens emanando do pai e a escassez de direitos para os demais membros), dominada pela lógica do sexo para a reprodução (com foco na virilidade masculina e na virtude feminina da maternidade) – caminhamos para uma variedade de configurações que, guardando as devidas diferenças, estão orientadas pelo que Giddens entende ser o tipo ideal de uma democracia das emoções. Ou seja, as relações atuais dos diversos modelos de família tendem a ser orientadas pela ideia de igualdade de direitos e obrigações, que se estrutura no diálogo e na confiança decorrente da intimidade construída entre os envolvidos.

Baseados no último Código Civil (2004), não devemos nos referir a um pátrio poder, mas sim ao poder familiar. A mudança de terminologia nos remete ao fato de não mais ser possível operar com a ideia de um poder autoritário da figura masculina paterna, impondo regras e normas aos outros membros da família. Nas últimas décadas do século XX, sensíveis mudanças vieram sendo operadas na realidade social, dentre elas: a desvinculação entre a prática sexual e a reprodução, legitimando a ideia de prazer e de diversidade de gêneros; a proliferação das práticas anticoncepcionais, possibilitando à mulher o controle sobre o seu corpo e a procriação; a luta de minorias sexuais, como gays e lésbicas, em busca do reconhecimento dos seus direitos civis; a aprovação da lei do divórcio; a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes; o movimento a favor do reconhecimento da dignidade humana

dos idosos; a extensão aos homens do direito de recebimento de pensão alimentícia em relações estáveis. Muitas dessas empreitadas foram consubstanciadas em algumas legislações, como no próprio Código Civil de 2004, nos casos do Estatuto da Criança e do Adolescente, A Lei Maria da Penha para coibir a violência contra a mulher, o Estatuto do Idoso, com um conjunto de direitos para os cidadãos acima de 60 anos, as propostas dos projetos de união civil entre pessoas do mesmo sexo, e a criminalização da homofobia, só para citar algumas.

Por outro lado, como não poderia deixar de ser, a mudança do modelo tradicional de família para os arranjos atuais também trouxe alguns desafios que acabarão exigindo uma nova resposta da sociedade. Vejamos o caso das famílias nucleares marcadas por um forte processo de individualização. Nelas, os direitos dos membros e os seus projetos individuais assumem grande importância; por outro lado, as funções protetoras de outrora tendem a declinar, em especial os cuidados com os idosos dependentes, com os adultos doentes, com os portadores de deficiência física e, de certa forma, com as crianças. Afinal, as pessoas precisam sobreviver, e o tempo urge para que elas corram atrás de seus sonhos. E há de se levar em consideração que, no modelo tradicional de família, a transferência de apoio aos membros necessitados recaía preferencialmente sobre os ombros das mulheres – como se fosse uma responsabilidade natural (e em muitos casos ainda é assim, em vários lugares do Brasil). Entretanto, com o aumento da participação delas no mercado de trabalho – a legitimação dos seus desejos de realização –, é inegável a necessidade de se rediscutir a solidariedade entre os membros da família, assim como a responsabilidade do Estado na oferta de creches, escolas, postos de saúde, abrigos, etc. De outra forma, os mais penalizados serão os mais pobres, uma vez que, não dispondo de rendimentos para contratar os serviços especializados no mercado, enfrentarão o seguinte dilema: ou bem cuidam da sobrevivência material e de seus projetos pessoais, ou bem se dedicam a cuidar dos familiares necessitados. Muito embora possam existir alternativas entre esses polos.

A escola

Quando pensamos em educação, pensamos na escola. Essa associação imediata não é errada. Não obstante, deve-se ressaltar que a educação é mais abrangente que a escola. Ela pode acontecer dentro ou fora do espaço escolar, de maneira sistemática ou assistemática. Se, nesse tópico, iremos privilegiar a escola como uma instituição social é principalmente pelo fato de que, hoje, a educação se tornou uma atividade de especialistas. Basta olharmos à nossa volta para identificar o grande número de peritos que se encontram envolvidos com o tema. Ou como você pensa que foi estruturada essa especialização e elaborada a apostila?

Pensar e analisar a escola enquanto instituição é entendê-la como um espaço de regras, normas, costumes, entrecruzamento de culturas específicas e, evidentemente, marcado por tensões nas relações sociais ali estabelecidas. Por tudo isto, a escola pode ser pensada também como um lugar de disputa de poder. Essa disputa se mostra em vários momentos: na eleição da direção, na duração do intervalo entre as aulas, na escolha dos horários e das turmas, nas relações com os dirigentes e os alunos, na escolha dos currículos, entre outros. Sim, nos currículos! Afinal, quando escolhemos o que ensinar, escolhemos da mesma maneira o que ensinar e para quem ensinar. A aparente simplicidade destas questões oculta relações de poder que acabam privilegiando, de alguma forma, este ou aquele conteúdo, este ou aquele público, esta ou aquela visão de mundo. “Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder”, ou seja, o tipo de currículo escolhido implica no tipo de conhecimento que se deseja passar, o tipo de ser humano ideal para uma determinada sociedade. Em outras palavras, não existem currículos neutros, eles sempre são frutos de disputas sobre o conhecimento ideal para formatar o ser humano ideal para agir idealmente em determinada sociedade. (SILVA, 2001)

Ao navegar pela INTERNET, mais especificamente pelo ORKUT, encontramos uma comunidade nomeada com aquela velha pergunta “Mas... você vai ser professor?”, destinada àquelas pessoas que decidiram pelo magistério, com mais de vinte mil membros, num tópico em que se pergunta o que mais elas escutam dos conhecidos ao saberem de sua opção. As respostas recorrentes foram: “Caramba, você é louca?”, “Caraca, nasceu para ser pobre, hein?”, “Que desperdício!”, “Nossa, mas você podia ter feito medicina, tão inteligente!”, “Ah, você é novo, depois faça alguma coisa que dê dinheiro”, “Já que você teve a oportunidade de estudar, deveria ter escolhido algo que desse futuro, veja o exemplo do seu primo”. E por aí em diante. Como é possível perceber, ao contrário do que ocorria nos primórdios da República, o magistério parece ser uma profissão bastante desvalorizada e de baixo status social.

Por outro lado, também encontramos muitas comunidades referentes à relação das crianças e adolescentes com a escola. Numa delas, com mais de cinquenta mil membros, num tópico em que se pergunta “Por que você ama a escola e odeia estudar?” lemos muitas respostas similares e nada surpreendentes para quem trabalha na Educação Básica, “pq os brothers tá lá pa nois zuá”, “orshii pra bagunçar, resenhar, deishar os professores doidoo, hehehe”, “pq tem os gatinho, rs rs”, “pra zuuar, pegar as minas, etc”, “na escola é muito masssssa! joga futebol com os amigos, exer os nerds de porrada! Zuaaaaaa-aaaaaarrrrrrrrrrrrrr, cabular aula”, “por q é o único lugar em que os pais naum mandam na gente temos liberdade”, “eu amo a escola pq lá em smp mi encontro com mentes perturbadas com a minha e tbm pq eu amo perturbar os prof, principal-

mente a di inGLÊS”, “tem meus amigos”, “pq estudar é uma droga mas as pessoas que a frequentam que me viciam”.

Enfim, na maioria das mensagens fica patente a importância da escola para o encontro com os amigos, fazer as “zoações” e realizar as paqueras. Se entrevistássemos os pais, professores, pedagogos, especialistas, certamente obteríamos outros padrões de respostas, em que as expectativas acerca das razões da escola existir poderiam passar por caminhos como “ensinar a ciência”, “para ajudar o aluno a ser alguém na vida”, “para levar o pobre a conseguir um bom emprego”, “para fazer o aluno passar no vestibular”, “para desenvolver o potencial das pessoas”, “para civilizar”, “preparar o aluno para a sociedade tecnológica”, entre outras respostas possíveis. Diante da diversidade de expectativas dos sujeitos que travam relações dentro e fora do ambiente educacional formal, é importante desnaturalizar nossa percepção ao perguntar:

“A escola serve para quê, afinal?”

Os três grandes autores clássicos da Sociologia, cada qual à sua maneira, empreenderam estudos sobre a Educação. Durkheim e Weber tiveram uma preocupação mais sistemática e escreveram diretamente sobre o tema; por outro lado, nos escritos de Marx a preocupação com a educação se insere em seus trabalhos numa clara percepção da mesma enquanto difusora da ideologia dominante. Todavia, assim como no que concerne ao Estado, não encontramos em Marx uma teoria sobre a educação, ou mais precisamente um tratamento da educação como tema específico como a encontramos em Durkheim e, um pouco menos, em Weber. Note que poderemos inferir sobre o papel da escola a partir da interpretação que cada um faz sobre o significado da educação numa dada realidade social.

Para Durkheim (2001, p. 52), a educação é “a ação exercida pelas gerações mais antigas sobre os que ainda não estão prontos para a vida social. Seu objetivo é despertar e desenvolver na criança os estados físicos, intelectuais e morais exigidos dela pela sua sociedade, de modo geral, e pelo meio ao qual está especificamente destinada”. É sabido que o autor compreende a passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna industrial como o momento do aparecimento do indivíduo. A sua definição de educação reflete a preocupação com esse processo de individualização propiciado pela divisão do trabalho. Afinal, com o enfraquecimento da consciência coletiva e, por conseguinte da moral social, é possível a continuidade da sociedade? Esse enfraquecimento não representaria a anomia? Como evitar o “esfacelamento” da sociedade? A resposta de Durkheim está em sua percepção quanto ao papel da educação.

A sociedade não pode existir sem certa homogeneidade. Nesse sentido, é necessária uma educação básica comum a todos os membros da sociedade, pois, a despeito da diferencia-

ção promovida pela divisão social do trabalho, é preciso compreender que sempre existirão crenças e valores comuns que devem ser transmitidos para todos. Donde se depreende que a educação possui dois momentos essenciais: no primeiro, uma educação básica comum a todos, com a finalidade transmitir valores e crenças comuns; no segundo momento, tendo em vista a diferenciação, a educação deve ser vista como o meio para adequar as crianças a seu meio social.

Assim, espera-se que o indivíduo aprenda a diversidade de profissões, que fortaleça o espírito nacionalista e, mais, aprenda e compartilhe com a moral própria do seu grupo de origem. Por tudo isto, é fácil inferir o papel que cabe à escola: o de concorrer para o processo de socialização a partir da reprodução dos padrões estabelecidos. Se bem que, para evitar anacronismos, não devemos negligenciar o fato de tal visão ter representado um avanço em relação às concepções pedagógicas de cunho teológicos do final do século XIX e início do século XX.

Na perspectiva weberiana, a educação pode ser vista como um meio de distinção, de obtenção de poder, dinheiro, honras e *status*. Para entender essa percepção deve-se levar em conta o processo de racionalização, seleção social e burocratização que consagram o mundo moderno. Assim, segundo Weber, agir em sociedade é orientar-se pela expectativa de como os outros irão se comportar tendo como base os regulamentos sociais vigentes. Dessa maneira, a vida em sociedade deve nos permitir que as ações das outras pessoas sejam inteligíveis, e, para que isso aconteça, é necessário que as pessoas estejam convencidas de que a obediência às normas será boa para todos. Introjetar e obedecer à norma é agir racionalmente. É de outra forma desencantar o mundo, abandonar o mágico e as suas concepções para justificar a dominação e a administração pessoal. O que Weber expõe é que a sociedade caminha inexoravelmente para o aumento da racionalização e da burocratização. Isto posto, o Estado Moderno aparece sob o domínio cada vez mais especializado do que Weber denomina de dominação racional-legal.

Se o Estado Moderno prescindir de especialistas, isso significa que o Estado necessita de um quadro burocrático, ou seja, de profissionais especializados para administração impessoal e legal da instituição. Desses pressupostos é que podemos pensar o significado ou o sentido da educação para Weber, em especial sua distinção entre pedagogia do treinamento e pedagogia do cultivo. Para o Estado Moderno faz-se urgente uma educação baseada na pedagogia do treinamento. O que é, afinal, a pedagogia do treinamento? É a forma de preparar as pessoas para tornarem-se especialistas habilitados a desempenhar certas tarefas. A educação baseada na pedagogia do treinamento é uma maneira de restringir e monopolizar alguns postos de trabalho àqueles que possuem títulos educacionais, numa clara expansão dos especialistas em detrimento do antigo homem culto – com formação mais abrangente.

Esse tipo de educação forja um novo homem, um homem obediente à dominação racional-legal.

Weber claramente se coloca de forma resignada em relação a esse novo mundo, um mundo altamente burocratizado e desencantado. Para ele, a educação deveria preparar o homem para uma conduta de vida. Isso implica na pedagogia do cultivo. Esta se caracteriza pela formação do homem culto, do homem integral, preparado para a reflexão e para o comportamento social, enfim uma educação que possibilitasse o desenvolvimento pleno do ser humano. Todavia, esse tipo de educação foi suplantado pela racionalidade e pela burocratização que tornaram crescente a importância dos especialistas. Da constatação da irreversibilidade da burocratização e, por consequência, da prevalência da pedagogia do treinamento em relação à pedagogia do cultivo, podemos compreender que a educação, em Weber, extrapola a ideia de que ela seja a preparação do indivíduo para a manutenção da ordem social.

Karl Marx não tem a educação como seu objeto de pesquisa, e sim a sociedade capitalista. Para ele, como já foi possível ver na aula número 1 deste módulo, as classes fundamentais do capitalismo são: os proprietários dos meios de produção (a burguesia) e o proletariado. Essas classes fundamentais se caracterizam pelo antagonismo, pela oposição e pela complementaridade, onde uma é a exploradora (burguesia) e a outra a explorada (proletariado). Essa dominação se constituiu por um duplo processo de expropriação, pois a burguesia retirou do trabalhador duas coisas: os meios de produção e o saber fazer. Sem os meios de produção para a vida material, e expropriado do saber fazer, não restou outra coisa senão vender a sua força de trabalho ao capitalista. Doravante o trabalho, sob o domínio do capital, assume caráter alienado, posto que passa a ser percebido como uma atividade fora do controle do trabalhador. A esse processo de alienação se junta à fetichização. Esta última, simplificando bastante, implica no não reconhecimento do trabalhador individual da mercadoria como parte do seu trabalho na divisão social do trabalho. Assim, as relações entre os homens são compreendidas como coisa.

O que tudo isso tem a ver com a educação? Para Marx, não existe uma educação neutra. A educação escolar sistemática é compreendida como uma forma utilizada pelos dominadores para perpetuar a exploração de classe, disseminado a ideologia dominante para tornar natural entre os operários o modo burguês de viver. Por outro lado, por contradição, essa mesma escola foi pensada como um importante instrumento para realização da emancipação humana. Marx via, na escola, a possibilidade de romper com a divisão entre trabalho manual e intelectual. Por isso julgava contraproducente a escola em tempo integral, bem como se colocava contra a escola pública patrocinada pelo Estado. Em relação à escola em tempo integral, sua crítica se baseava no pouco rendimento escolar e porque o estudo em tempo integral impedia a combinação necessária entre trabalho manual e intelectual. Já em referência

à escola pública ofertada pelo Estado, por entender que este é um Estado da classe dominante, enquanto tal o ensino ofertado pelo Estado só poderia “inculcar” os valores dominantes e perpetuar a exploração.

Para romper com a separação entre trabalho manual e intelectual, Marx defendia – o que hoje pode nos parecer um completo absurdo – a justaposição entre o trabalho e a escola. Essa conjunção, em conformidade com seu pensamento, poderia levar aos filhos dos operários a retomada da totalidade do saber fazer, rompendo com o trabalho parcializado. Essa educação era mais eficiente do que qualquer conteúdo doutrinário que ensinasse ao filho do operário que ele era explorado. Era mais eficiente porque, conjugando trabalho e educação, ela formaria um novo homem, capaz de livrar a nova geração do caráter unilateral imposto pela divisão do trabalho.

Enfim,

Não temos uma resposta fechada para a pergunta que fizemos, pois a escola será aquilo que os homens quiserem que ela seja, a partir do reconhecimento de sua interdependência com as outras instituições e com o paradigma predominante numa época. Mais importante do que procurar definir uma natureza *a-priori* para a escola, devemos antes buscar entender as interpretações que os agentes dão para essa experiência, tendo em vista as relações de poder conflituosas estabelecidas ao longo do processo histórico. Em cada contexto, a escola foi dominada por uma dada concepção: religiosa, humanista, civilizatória, tecnológica, libertadora, etc. Muitas pessoas acreditavam nessas diretivas e lutaram por elas. Muitos não acreditavam e lutavam contra elas. E você? Tem uma concepção sobre para que serve a escola? Você luta por ela? Consegue perceber a concepção de educação que prevalece na sua escola?

O estado

Nascemos, crescemos, envelhecemos e morremos dentro do Estado. É praticamente impossível fugir dessa instituição. É provável que você já tenha parado para observar quantos documentos nos são cobrados nos mais variados momentos de nossa trajetória de vida: certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF, certificado de reservista (no caso dos homens), carteira de motorista, certidão de casamento, título de eleitor, entre outros. Pense no número de impostos que pagamos direta ou indiretamente todos os anos: imposto de renda, IPVA, previdência, ICMS, IPTU, etc. Pense, também, em quantas leis que, estando de acordo ou não com elas, somos obrigados a obedecer.

Suponhamos então que, num dia qualquer, uma pessoa acorde e decida simplesmente rasgar todos os seus documentos, não pagar os impostos e, ignorando as leis existentes, fazer o que lhe der na cabeça. Você consegue imaginar o que provavelmente poderá acontecer com ela?

Ao longo da história do pensamento político, diversos autores discorreram sobre a natureza geral dessa instituição chamada Estado. Pelo perfil deste trabalho, é inviável fazer uma comparação entre todos eles demonstrando seus respectivos contextos históricos, as visões de mundo a que se filiavam, suas convergências e divergências teóricas em tão curto espaço de tempo. Assim, não desconhecendo a existência de várias possibilidades de recortes para a análise do Estado, aqui abordaremos aquelas concepções sobre a sua natureza que são mais recorrentes nos nossos livros didáticos, nos textos midiáticos e nos discursos da comunidade escolar. Vejamos algumas delas.

Uma matriz muito difundida entre nós é a que defende a ideia de que o Estado resulta de um contrato social feito pelos indivíduos que, percebendo os perigos reais e virtuais do estado de natureza – considerado como domínio desregrado das paixões, dos instintos, dos desejos desenfreados e da ausência de leis –, teriam aberto mão da liberdade de que estavam revestidos em nome da suposta segurança que usufruiriam no “estado de direito” – considerado domínio da razão, do controle das paixões e império das leis. Note que no centro dessa concepção se encontra instalada a sensação de profundo medo.

[...] existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro, o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos, o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas, [...] cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte, depois morreremos de medo e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas. (ANDRADE, Carlos Drummond de. *Congresso Internacional do medo*.

Disponível em: <http://www.memoriaviva.com.br/drummond/poema015.htm>. Consultado em 20/04/2010)

Dito de outra forma, os homens concordaram em transferir seu poder para o Estado em troca de proteção para a vida, do exercício da liberdade e da defesa da propriedade. Essa matriz recebe o nome de jusnaturalista, e a ela, em menor ou maior grau de aproximação, estão associados autores como Thomas Hobbes (2006), John Locke (2002), Rousseau (2002) – ainda que para estes dois últimos o medo não tenha assim um papel tão preponderante. No caso de Locke, um dos seus mais importantes legados foi a defesa das garantias de nossas liberdades individuais e a preocupação com colocar um limite no poder do Estado. No caso de Rousseau, a defesa da prevalência da vontade da maioria e o papel da liberdade na educação do ser humano.

Na direção contrária dessa visão contratualista do poder, se encontra a análise de Marx. Para ele, não houve nenhum suposto contrato de indivíduos em busca de proteção. O que explica a existência do Estado é a defesa da propriedade privada e a manutenção das diferenças materiais entre as classes sociais. Desta forma, onde quer que tenha existido, ao longo da História, o Estado funcionou como um instrumento nas

mãos dos proprietários dos meios de produção, tendo em vista que os seus aparelhos – como a polícia, a justiça, a burocracia – funcionassem a favor dos seus interesses. Nesta lógica, podemos perceber o Estado em suas variadas formas históricas e de comandos: absolutista, liberal, liberal-democrático, socialista, de bem-estar social. Note que, por sua vez, no centro dessa concepção marxista da política se encontra o sentimento de indignação com a exploração do homem realizada pelo próprio homem.

[...] Quando os dominadores falarem, falarão também os dominados. Quem se atreve a dizer: jamais? De quem depende a continuação desse domínio? De quem depende a sua destruição? Igualmente de nós. Os caídos que se levantem! Os que estão perdidos que lutem! Quem reconhece a situação como pode calar-se? Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã. E o “hoje” nascerá do “jamais”.¹

Por sua vez, para Weber (1982), independente da base em que se sustenta, o poder é a oportunidade existente de, numa relação social, você impor a sua própria vontade aos demais. Isso é passível de ocorrer em todas as esferas de nossas vidas. Contudo, quando há a probabilidade de encontrar obediência de um grupo a um determinado mandato, estamos numa situação de dominação que, sendo legítima, pode ter por base diferentes fontes de autoridade. No caso do Estado Moderno, trata-se de dominação legal, de tal forma que pretende o uso legítimo e o monopólio da força física dentro de um determinado território. Nesse sentido, é uma estrutura política diretiva de controle social tendo por base a racionalização da burocracia, da justiça e, em última instância, do uso da força física. Portanto, a violência é parte constitutiva dessa dominação do homem sobre o homem, da luta que os indivíduos e os grupos estabelecem para impor as suas vontades dentro de uma dada relação social. Contudo, devemos reforçar a ideia de que a autoridade legítima depende sempre da validação daqueles que a ela estão submetidos, seja pela força da tradição, do vínculo emocional, da fé e/ou da lei.

[...] Alguém devia ter caluniado a Josef K., pois sem que ele tivesse feito qualquer mal foi detido certa manhã. A cozinheira da senhora Grubach, sua hospedeira, que todos os dias às oito horas lhe trazia o desjejum, não se apresentou no quarto de K. nessa manhã. [...] Que espécie de homens eram estes? De que estavam falando? A que departamento oficial pertenciam? Entretanto, K. vivia em um Estado Constitucional no qual reinava a paz, no qual todas as leis estavam em vigor, de modo que quem eram aqueles que se atreviam a invadir a sua casa? (KAFKA, 2006, p. 39)

Então, quando voltamos à pergunta inicial sobre o que ocorreria a uma pessoa que rasgasse os seus próprios documentos, não pagasse os impostos e desobedecesse às leis, certamente muitos de nós enfatizaríamos as imensas dificuldades que este indivíduo encontraria para operar com questões básicas do cotidiano, sem falar nas sanções e punições de que seria vítima, pois, como o personagem de Kafka, nós também somos prisioneiros na jaula de ferro da burocracia moderna.

Note que, ao darmos continuidade à nossa argumentação, poderíamos ter por referência qualquer uma das três concepções discutidas acima, acentuando este ou aquele aspecto que nos parecesse mais pertinente para análise: a quebra de um contrato social; a rebeldia diante de uma opressão de classe; o não reconhecimento da legitimidade de uma dada ordem.

CONHECENDO MAIS SOBRE

- Uma análise instigante sobre as relações de poder nas instituições sociais pode ser encontrada no trabalho de Michel Foucault a respeito do caráter disciplinar das instituições de sequestros do mundo moderno, como a fábrica, a escola, os hospitais psiquiátricos, os conventos e os presídios. Segundo o autor, norteadas pela concepção do panoptismo (a lógica de um espaço vigiado), estas organizações controlam o tempo, o corpo, o saber e a existência do indivíduo que imerge em seus domínios, de forma a fixá-lo no sistema. Caso tenha acesso ao livro: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987, não deixe de ler o capítulo “Panoptismo”, da p. 162 a 192.
- Se quiser um filme divertido e instrutivo para tratar da velhice e das relações de uma família extensa, assista ao “Parente é serpente”, filme italiano, de 1992, direção de Mario Monicelli, roteiro de Carmine Amoroso, Suso Cecchi D’amico, Piero de Bernadi, Mario Monicelli. Trata-se da história de uma família funcionalmente harmônica, até o momento em que, na festa de natal, os pais idosos anunciam que pretendem morar com um dos seus filhos. Então, começa o jogo de empurra-empurra e vem à tona uma série de segredos e revelações acerca da vida particular de todos da casa.
Link: <<http://www.filmesparadownloads.com/parente-e-serpente-parenti-serpenti-dublado/>>.
- A gravidez na adolescência tem se constituído num tema recorrente dentro da realidade escolar. Leia o seguinte artigo, que dá margem para discussão fora dos parâmetros do senso comum, “Ser

1 Antologia poética, de Brecht. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/brechtantologia.htm#Os%20que%20lutam>>.

alguém na vida: uma análise socio-antropológica da gravidez/ maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. PANTOJA, Ana Lúcia Nauar. *Caderno de Saúde Pública*. v. 19. RJ, 2003.

Link: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000800015&lang=pt>.

- Uma discussão interessante sobre a variedade com que as famílias eram retratadas nos clássicos da literatura social brasileira pode ser encontrada no artigo “Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro”, de Candice Vidal e Tarcísio Rodrigues Botelho. *Revista Estudos Femininos*. v. 9, nº 2. Florianópolis, 2001.

Link: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200006&lang=pt>.

Nas últimas décadas do século XX foi travada uma grande discussão entre os adeptos de um Estado mínimo e os seus críticos. No caso da América Latina, mais especificamente no Brasil, tivemos e ainda temos muitos embates em torno da experiência que ficou conhecida como “neoliberal”. Nos artigos que se seguem, você encontrará autores defendendo posições ideologicamente diferentes acerca das atribuições do Estado: ↓

- *Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica*. Luís Carlos Bresser-Pereira. *Estudos Avançados*. V. 23, nº 66. São Paulo, 2009.
Link: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200002&lang=pt>.
- *Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República*. Denise B. Gros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 19. nº 54. São Paulo, 2004.
Link: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000100009&lang=pt>.
- *As origens imperiais do desenvolvimento estatista*, de William Easterly.
Link: <<http://www.ordemlivre.org/textos/717/>>.

- *A utopia social na Constituição Federal*, de Bruno Garschagen.

Link: <<http://www.ordemlivre.org/node/886>>.

- *Balanço do Neoliberalismo*, de Perry Anderson. ≤

Link: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/balanconeolib.html>>.

COMO VIMOS NESTA AULA...

O poder não está localizado em um lugar privilegiado de onde emanam ordens, normas, leis e restrições através do uso legítimo da força ou do consenso. Ao contrário, o poder está presente em todas as instituições sociais e faz parte do nosso cotidiano, mesmo que não consigamos percebê-lo como tal. As relações sociais que estabelecemos ao longo da vida são permeadas por concepções e práticas de poder e estas têm importância crucial na estruturação do perfil das instituições das quais participamos.

ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

- 1 Liste as instituições das quais você participa ao longo de sua semana. Discorra sobre as relações de poder existente nelas e os papéis que você desempenha nessas interações. Elabore uma atividade que possa motivar um aluno de Ensino Médio a pensar a diversidade de papéis que ele também assume ao participar de diferentes instituições.
- 2 No tópico referente ao Estado, a ideia resumida de cada autor veio acompanhada de um texto literário. Relacione esses textos com as argumentações que foram desenvolvidas acerca das abordagens, mostrando como cada uma delas tem implicações diferentes para a construção e exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond. *Sentimento do Mundo*. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.
- BOTTOMORE, Thomas Burton. *Introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- _____. *Educação e Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- _____. *Lições de Sociologia: a moral, o direito e o Estado*. São Paulo: T. A. Queiroz; USP, 1983.
- _____. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: UNESP, 1993.
- _____. *Mundo em descontrolo – o que a globalização está fazendo de nós*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- KAFKA, Franz. *O Processo*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MARX, Karl. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1993.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- SILVA, Tomas Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução à teoria dos currículos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- WEBER, Max. [1920]. La morale économique des grandes religions. *Archives de Sociologie des Religions*, 9, 1960.
- _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.
- _____. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- _____. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1991.
- _____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.
- _____. *História geral da economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

Teorias sociológicas da mudança social

Carlos Eugênio Lemos • José Henrique Organista

INICIANDO NOSSA CONVERSA

Caros Professores Cursistas,

Certamente, algumas vezes em sua vida, você deve ter pensado algo assim: “Caramba! Que monótono, nada muda, é tudo sempre a mesma coisa!”. Muitas vezes temos a impressão ou a certeza de que vivemos num círculo: acordamos, levantamos, tomamos café da manhã, saímos para trabalhar ou estudar, almoçamos, retornamos das nossas atividades, chegamos em casa, tomamos banho, jantamos, assistimos à televisão, e dormimos. Dia após dia tudo indica que nada muda. É como se o tempo passasse e nada mudasse. Mas será que realmente vivemos num mundo sem mudanças e de “prisões” de longa duração? Será que, no caso de haver mudanças, todas são realmente perceptíveis?

De imediato, embora nem sempre percebamos, podemos afirmar que não existem sociedades sem mudanças. Elas podem ocorrer por meio de transformações abrangentes, como por exemplo as revoluções, ou de forma menos acentuada, que afeta rapidamente o cotidiano, como por exemplo as transformações no mundo do trabalho ou mesmo aquelas que dizem respeito aos costumes, valores, hábitos, etc. A primeira é de mais fácil percepção, posto que é mais abrangente, enquanto a segunda, por vezes, nem a notamos em virtude de nossa preocupação cotidiana assim como também pela falta de tempo para refletirmos sobre ela. Isso mostra a nossa crescente capacidade de adaptação. Em tempo, é bom ressaltar que não existem sociedades sem mudanças, de uma forma ou de outra somos afetados por elas, tanto pelas grandes transformações quanto pelas de menor envergadura, e, em geral, os dois tipos se relacionam.

Para termos uma ideia da relação entre os dois tipos de mudanças, pensemos nos meios de comunicação. Vivemos numa época de compressão do tempo e do espaço. Hoje, temos celulares, videoconferências, aulas a distância, enfim, comunicação instantânea. Essa revolução microeletrônica afetou sobremaneira nosso cotidiano e nossas relações sociais, econômicas e políticas. São comuns campanhas políticas pela internet, abaixo-assinados, informações trocadas, ou seja, espaços virtuais de cidadania. As relações de trabalho também foram modificadas, e, hoje, muitas ocupações podem ser reali-

zadas dentro do lar. Do exposto, podemos verificar as relações entre grandes e pequenas transformações. Cabe ressaltar mais uma vez que nem todas as modificações são rapidamente percebidas, e devemos ter o cuidado de não interpretar qualquer mudança como sinônimo de “bom”, de “avanços”, pois ignorar a importância das permanências, das tradições, seria um equívoco perigoso.

PROPONDO OBJETIVOS

Ao final desta aula o(a) professor(a) cursista deverá:

- ▶ Entender que as mudanças sociais podem ser pensadas a partir de teorias diversas e que cada opção encerra visões de mundo diferenciadas.
- ▶ Refletir sobre a ideia de que a sociedade pode ser pensada enquanto processo.

CONHECENDO SOBRE

As mudanças sociais

As mudanças sociais, como dissemos acima, acontecem em todas as sociedades e em todos os tempos. Não obstante, duas revoluções modernas marcaram e impulsionaram os estudos sobre elas na contemporaneidade e, até mesmo, contribuíram para o surgimento da sociologia: são a Revolução Francesa (1789) e a Revolução Industrial (1780). A primeira rompeu definitivamente com aquela configuração em que o Rei, enquanto representante do divino na Terra, concentrava em suas mãos o poder absoluto. A queda da realeza simbolizou a radical transformação na busca por igualdade política e social. Por outro lado, a Revolução Industrial condicionou em novas bases as instituições sociais, principalmente a partir da importância de que se revestirá a relação entre o capital,

o trabalho e o mercado. Ambas as Revoluções “sacudiram” o mundo ocidental, enfraqueceram a hegemonia das tradições e deram maior visibilidade às questões sociais como resultantes das ações voluntárias dos seres humanos.

Diante de tamanhas transformações, muitos estudiosos desenvolveram teorias para tentar entendê-las, obviamente que priorizando aspectos e questões diferentes do processo em questão. Não se esqueça de que esses homens respondiam aos problemas colocados por sua época e que, dialeticamente, sofriam as influências dos condicionamentos do tempo histórico em que viviam. De modo que, conforme propõe Certeau (1988), as elaborações precisam ser pensadas a partir do lugar social do autor, tais como vínculos políticos, institucionais, de estratificação, etc. Nestes termos, ideias tão caras ao mundo oitocentista como evolução, organismo, progresso, função, entre outras, poderão constar, de maneira direta ou sublinhar, em maior ou menor grau, nos discursos de alguns deles. Vejamos aspectos de suas interpretações para a natureza da mudança social.

A pluralidade de abordagens

a Augusto Comte (1798-1857) foi um dos grandes sistematizadores do pensamento social positivista no século XIX. Em sua concepção teórica havia duas dimensões imprescindíveis na sociologia: a dinâmica social e a estática social. A primeira era constituída pelos elementos que concorriam para o progresso societal, pois se tratava das condições de existência do mundo coletivo. Quanto à segunda, seria a responsável pelo estabelecimento dos limites, da coesão e da manutenção da ordem – donde se destacava a importância das instituições sociais. A relação entre as duas dimensões era vital, de forma que sem a ordem não seria possível haver o progresso. Assim, todos os movimentos que pudessem colocar em xeque a ordem justificariam uma intervenção social que buscasse a integração dos elementos desajustados a um objetivo comum. Sem dúvida, a lei dos três estados do espírito humano, desenvolvida por Comte, pressupõe que a mudança possui uma direção unilateral.

Na esteira de tal visão, posteriormente, Herbert Spencer (1820-1903), ao fazer uma analogia entre sociedade e organismo biológico, cunhou uma diferenciação que se tornou recorrente no campo das Ciências Sociais, o de estrutura significando configuração da totalidade social e o de função significando transformação. Note que estas proposições se desdobraram no uso corrente das ideias de sincronia (permanência) e diacronia (mudança), nas quais a sociedade é vista como entidade reificada e se apresenta distinta do seu próprio funcionamento. Estas concepções foram levadas à frente por uma influente escola sociológica do século XX, o estrutural funcionalismo,

que em seu modelo sistêmico conseguiu refinar e generalizar as proposições organicistas, de tal forma que ainda hoje muito do escopo conceitual utilizado na análise da mudança social é “refém” dessa visão. (SZTOMPKA, 2005)

De maneira geral, a concepção de mudança social que podemos inferir da análise do funcionalismo tradicional é de natureza evolutiva, de ênfase na acumulação demográfica e no progresso de direção unilinear. Durkheim (1999) retrata os problemas decorrentes da passagem de uma sociedade “simples” para “complexa”, da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica, da heterogeneidade e individualização do homem na vida coletiva. A preocupação dele orientar-se-á para questões como integração social e as diversas estratégias de manutenção do equilíbrio sistêmico. Dito isso, não significa afirmar que ele negasse as mudanças sociais, mas sim que a sua percepção se dava na perspectiva do equilíbrio funcional das instituições em relação ao todo. Do mesmo modo, o estrutural funcionalismo parsoniano, que dá prosseguimento a essas ideias, mantém a separação entre estática e dinâmica social.

Neste contexto, considera-se como mudança social aquela que ocorre dentro do sistema e que o abrange. Mais precisamente, ela corresponde à diferença entre os vários estados sucessivos de um mesmo sistema. [...] A razão da ênfase na mudança estrutural talvez seja a maior frequência com que ela leva a mudanças da, e vez de na sociedade. A estrutura social é uma espécie de esqueleto sobre o qual a sociedade e suas operações estão fundadas. Quando o esqueleto muda, todo o resto também tende a mudar. (SZTOMPKA, 2005, p. 27 e 30)

b Por outro lado, teremos algumas análises que se afastarão da ideia de uma natureza direcional linear das mudanças sociais. São as chamadas teorias cíclicas. De forma muito resumida, podemos caracterizá-las pela defesa de abordagens que concebem determinados processos sociais como recorrentes no tempo e no espaço, de que a vida coletiva realiza um movimento cíclico e não está necessariamente conduzida por um *a priori* evolucionista e progressista, e de que as mudanças podem ocorrer tendo em vista um padrão cultural que se repete em épocas diferenciadas, numa espécie de “eterno retorno”. A esta perspectiva estão filiados autores de diferentes matizes ideológicos e que guardam muitas diferenças teóricas e analíticas entre si. Podemos citar o trabalho de Vilfredo Pareto (1848-1923) sobre o caráter recorrente da dominação das elites; Töynbee (1889-1975) com a análise sobre o nascimento, crescimento e desaparecimento das civilizações; Piritim Sorokin (1889-1968) e o seu modelo histórico, tendo por centro a dimensão cultural compreendida em três fases (ideacional, sensorial e mista); para citar alguns exemplos.

c Weber, outro de nossos autores clássicos, em sua sociologia compreensiva estudou as mudanças sociais a partir das crenças e valores individuais, procurando relacioná-las com o advento e consolidação do capitalismo. Em sua análise sobre a ética protestante, interessava-lhe demonstrar que as condutas, normas e crenças individuais constituíram-se como “facilitadores” para a existência do novo sistema que emergia. A valorização do trabalho, a desconstrução do lucro como pecado, a contenção de gastos, um modo de vida racional e disciplinado sustentaram no ocidente a criação de um novo homem. Esse novo homem baseava suas ações em valores racionais e legais que implicaram no desenvolvimento do capitalismo.

Nesse mundo de transformações valorativas, o surgimento do aparato burocrático-legal ou especialista constituía uma limitação para a mudança social. Isso explica a resignação pessimista de Weber com a burocracia e sua visão ao denominá-la como “jaula-de-ferro” do mundo moderno. Entretanto, há um espaço para a mudança nessa prisão da racionalização instrumental. E o sujeito responsável por isso é o líder carismático.

Dominação carismática em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente: faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O sempre novo, o extracotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam constituem aqui a fonte da devoção pessoal. Seus tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. (WEBER, 1986, p. 134-135)

Porém, não podemos esquecer que a obediência que os “apóstolos” dedicam ao líder carismático existe enquanto ele portar os atributos que o tornam um sujeito especial. E mais, mesmo com toda a força da renovação, da emoção, da natureza irracional, o carisma acaba por ser enquadrado na ordem estabelecida e cumprindo o destino fatídico de enquadramento na disciplina da ordem instituída.

d Por sua vez, Marx é outra referência quando a discussão se trata de mudanças sociais. Em primeiro lugar, ele não estava interessado na manutenção da ordem, da harmonia ou da coesão social. Ao contrário, lhe interessaram os mecanismos que tornavam a ordem possível num mundo de conflitos, de interesses divergentes e contraditórios. Sua preocupação foi explicar a dominação e a exploração burguesa. Dito de outra forma, ele se preocupou em desnaturalizar a ordem estabelecida, indo para além das aparências, demonstrando o que entendia ser a essência das contradições sociais.

Marx não ignorou os avanços e a positividade de alguns processos da sociedade burguesa, mas não se contentou com os mesmos. Não se contentou, por exemplo, com os avanços políticos promovidos pela Declaração dos Direitos do Homem que, em sua análise, separou o homem em burguês e cidadão.

As mudanças sociais promovidas pela burguesia foram consideradas importantes, mas limitadas. A sociedade ainda era dividida por classes, e os antigos privilégios estamentais foram, tão somente, substituídos por outros. Era necessária a emancipação humana, e esta só seria possível com o fim do capitalismo. Mas, como chegar ao fim do sistema capitalista? Através da luta de classe, especialmente pela conquista do Estado. Quem faria a revolução? A classe operária. Somente ela, por não ter nada a perder, tinha condições de pôr fim ao sistema capitalista e, por consequência, a emancipação de toda a sociedade.

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. (MARX; ENGELS, 2001, p. 01)

Ou, como propõe BRECHT (1898-1956),

Nada é impossível de mudar

Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.

Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/brechtantologia.htm#Os%20que%20lutam>>. Acesso em 26 ago. 2010.

Enfim, apresentamos sinteticamente algumas abordagens sobre as mudanças sociais sem a ilusão de ter feito referência à maioria dos seus autores e às suas respectivas interpretações. De sorte que, embora não haja consenso sobre a natureza das mudanças sociais, concordamos com algumas das considerações de Sztompka (2005), na medida em que tal compreensão sobre o tema da mudança social tem relação direta com as práticas sociais dos agentes. Assim, devemos estar atentos aos seguintes fatos: as teorias são construídas e desenvolvidas dentro de certos contextos históricos e institucionais; na atualidade, a ênfase dos teóricos da mudança social recai mais sobre as práticas interdependentes dos sujeitos do que

sobre esquemas evolutivos prescritivos da realidade humana; a sociedade deve ser entendida como processo e não como uma entidade reificada e/ou hipostasiada; a esfera macrosocial interfere na micro, e vice-versa; num sistema existe uma pluralidade de mudanças que podem estar inter-relacionadas, evidenciando desta forma a complexidade do mundo social em que vivemos.

CONHECENDO MAIS SOBRE

No decorrer de nossa exposição, pela natureza deste trabalho, fizemos a opção por certas abordagens teóricas. Porém, entendemos ser importante que o professor conheça as demais para formular as suas considerações, e também tenha referências sobre outros ângulos da discussão. Assim, indicamos a leitura dos textos, artigos científicos e capítulo de livros que se seguem: ↓

- Capítulo I: “Conceitos fundamentais no estudo da mudança”. In: SZTOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Trad. Pedro Joergensen Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Link: <http://books.google.com.br/books?id=647aoer-6MoC&pg=PA30&lpg=PA30&dq=Sztompka,+estrutura+r+o+livro&source=bl&ots=dDNanTdQbF&sig=gqHBCFoXr7BUOvULELp3G2pP2tg&hl=pt-BR&ei=fgCVS-57CLYiXtge7nftUCg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CAYQ6AEwAA#v=onepage&q=&f=false>

- “Teorias da mudança social: as perspectivas lineares e as cíclicas”. REZENDE, Maria José de. In: *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, EDUFSC, n. 32, out 2002.
- “Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada”. RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; SCALON, Maria Celi. DADOS. v. 44. Rio de Janeiro, 2001.

Link: <http://www.cfh.ufsc.br/~revista/edicoes_revista32.htm>.

Link: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000100004&lang=pt>

- “A mobilidade social dos negros brasileiros”. OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Brasília, 2004.

Link: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1033.pdf>.

Há filmes que retratam dramas individuais e sociais decorrentes dos processos históricos que mudaram o perfil de uma época. Destacamos aqui: ↓

- **Adeus Lênin** (*Good Bye, Lenin!*).
Dir.: Wolfgang Becker. Roteiro: Bernd Lichtenberg e Wolfgang Becker. X-Films Creative Poll (Alemanha, 2003)

Aborda a história de uma família em que a mãe, militante comunista, acorda de um coma depois da queda do Muro de Berlim. Ela terá que se defrontar com um mundo bem diferente daquele a que estava acostumada. Por sua vez, o filho tentará maquiagem a realidade para que a mãe não tenha um choque e volte a ficar debilitada.

- **Quase Dois Irmãos**.
Dir.: Lúcia Murat. Roteiro de Lúcia Murat e Paulo Lins. Taiga Filmes (Brasil, 2004)

Aborda o encontro, na década de 70 – período da ditadura militar, de dois universos distintos dentro da penitenciária de Ilha Grande: os prisioneiros políticos e os prisioneiros comuns. Esse encontro é de particular importância para, posteriormente, se compreender o crime organizado no Brasil.

COMO VIMOS NESTA AULA...

Existem diversas teorias que abordam o tema das mudanças sociais. Elas devem ser pensadas como uma resposta que os agentes, de acordo com o seu lugar social e os dilemas de sua época, dão para a clássica questão acerca da dinâmica do mundo social. As nossas escolhas teóricas em sala de aula não são aleatórias e nem tampouco podem ser arbitrárias, precisam estar relacionadas ao Projeto Pedagógico de nossa escola, entendendo este como resultado do diálogo e das lutas travadas nas escalas macro e micro de nossa realidade. Lembrem-se sempre daquela máxima do Sztompka (2005, p. 16): “O que as pessoas pensam sobre mudança social é fundamental para que elas passem à ação, e, por conseguinte, influencia decisivamente o próprio curso e as perspectivas da mudança”.

ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

- 1 As mudanças e permanências são partes constitutivas de nossa realidade. Nestes termos, as transformações tecnológicas têm implicações para a vida social. Elabore uma atividade que possa levar o aluno a perceber essa relação e de que maneira isso afeta a realidade dele. Lembre-se de que, na atual fase do capitalismo, mudanças na organização da produção afetam o mercado e o consumo.
- 2 Analise a relação entre mobilidade social dos negros, política de cotas, educação e direitos universais garantidos pela Constituição de 1988. Qual a sua posição sobre esse assunto?

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DURKHEIM, Emile. *Da divisão do trabalho social*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000042.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2010.

SZTOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Trad. Pedro Joergensen Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WEBER, Max. *Sociologia*. (Org. Gabriel Cohn). São Paulo: Ática, 1986.

Educação e mudança social no mundo contemporâneo

Carlos Eugênio Lemos • José Henrique Organista

INICIANDO NOSSA CONVERSA

Caro Professor Cursista,

Por volta do ano de 1995 foi disponibilizado, no Brasil, o acesso à Internet para o usuário comum. Na época, essa possibilidade causou um verdadeiro incômodo entre as instituições que se sentiam responsáveis pela formação das crianças e dos adolescentes. Muitos profissionais ligados à área pedagógica foram convidados a participarem de alguns programas de televisão para debaterem sobre as supostas consequências que o uso da informática poderia trazer para as famílias e à escola no Brasil. As posições assumidas iam do ceticismo dos que defendiam que a novidade tinha limitações estruturais, por se tratar de um brinquedinho de ricos a que os pobres jamais teriam acesso, ao otimismo dos que consideravam que estávamos vivendo uma verdadeira revolução a promover uma espécie de democratização da inteligência coletiva no campo da educação. O tempo mostrou que a Internet fazia parte de um conjunto de transformações ligadas a processos ainda maiores.

PROPONDO OBJETIVOS

Ao final desta aula o(a) aluno(a) deverá:

- ▶ Entender que as transformações sociais percebidas no cotidiano estão relacionadas a mudanças na reestruturação da produção e do trabalho em âmbito mundial.
- ▶ Refletir sobre o significado da educação na cena atual, levando em consideração a perspectiva dos “Sete saberes necessários para o futuro”, de Edgar Morin, focada na relação dos saberes.

CONHECENDO SOBRE

Educação – mudanças e permanências num mundo em construção

O mundo em que vivemos hoje é sensivelmente diferente daquele em que viviam os homens da década de sessenta do século XX. Se houvesse a possibilidade de fazermos uma viagem no tempo, certamente não nos depararíamos com o uso corrente de termos como Internet, Orkut, Twitter, MSN, e-mail, mp3, sms, telefone celular, e outras expressões que se referem a experiências presentes na vida de milhões de pessoas no planeta. Decerto alguém poderá argumentar: “Isso é óbvio, cada época é diferente da outra”. E com razão, não há porque discordarmos de tal afirmação. Entretanto, o que estamos considerando é que, num curto espaço de tempo e em âmbito global, assistimos e experimentamos a transformações significativas no campo tecnológico e dos comportamentos. É como se, numa aceleração do tempo histórico, as novas tecnologias dos meios de comunicação e transportes comprimissem o tempo e o espaço, provocando em nós essa sensação de vertigem, internalizando uma estranha percepção de que cedo já pode ser considerado tarde demais, de que precisamos correr para sermos “felizes” – seja lá o que essa palavra queira dizer a partir da ordem social constituída.

É fato, também, que, com a interdependência globalizada dos lugares e a planetarização dos sistemas técnicos dominantes, estes parecem se impor como invasores, servindo como parâmetro na avaliação da eficácia de outros lugares e de outros sistemas técnicos. É nesse sentido que o sistema técnico hegemônico aparece como algo absolutamente indispensável e a velocidade resultante como um dado desejável a todos que pretendem participar, de pleno o direito, da modernidade atual.

(SANTOS, 2000, p. 124)

A reestruturação do capitalismo a partir da década de 70 do século XX, na passagem do seu modelo fordista para o de acumulação flexível, teve por base a implantação de novas formas de organização, de tecnologias da produção e de concepções de trabalho. O princípio do “just-in-time”, o tempo hábil,

se tornou a palavra chave da logística empresarial dominante, na tentativa de vencer o dito “pesado” passado fordista. De fato, o aumento na velocidade do tempo de giro do capital mantém relação com a intensificação do campo da troca e do consumo (HARVEY, 1989). E como somos uma sociedade de consumidores, incorporamos esse sentido de urgência em nossas buscas de satisfações estimuladas e oportunizadas pelo mercado. Nestes termos, fica fácil imaginar a importância adquirida pelos caixas eletrônicos, os cartões de crédito, os comércios eletrônicos, as terceirizações, o *self-service* e outras modalidades facilitadoras que exemplificam a expansão da ideia de que a velocidade é a marca constitutiva dos agentes vitoriosos.

A sociedade de consumidores, em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estreitamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional. Uma escolha variável e, portanto, plausível – e uma condição de afiliação.

(BAUMAN, 2008, p. 71)

Ora, dentro desta lógica, a aceleração traz consequências para a nossa realidade, dentre elas podemos destacar a primazia do efêmero em diversas esferas da vida social, conduzida principalmente pela lógica da moda aplicada aos mercados de massa. Devemos nos lembrar que, já nos primórdios do século XX, Simmel (1988) discorria sobre a importância da moda nos processos de individualização e uniformização dos agentes sociais, destacando o fato de que a imitação poderia ser entendida como a continuidade da vida do grupo no indivíduo. Nesta linha, segundo Harvey (1989), podemos considerar que a volatilidade se espalha não só pelo campo da produção e da circulação, mas também do consumo de mercadorias e serviços, donde se destacam os papéis da publicidade e das imagens midiáticas enquanto fatores de integração das práticas culturais no atual estágio do capitalismo.

Vivemos num mundo globalizado e sobre o império das imagens. As empresas, os governos, os políticos, as celebridades, os indivíduos, os grupos agem com a consciência de que a imagem se transformou numa mercadoria tão ou mais valorizada do que o seu equivalente real. Para Bauman (2008), remodelar-se a si mesmo, assumir concomitantemente o papel de produtor e do produto que se quer vender, é um dos imperativos categóricos da sociedade dos consumidores. Por outro lado, não é possível ignorar que a experiência das imagens mediadas pelas tecnologias de comunicação tem nos transformados em testemunhas de vários processos históricos, ainda que em muitos casos como meros espectadores passivos da política e voltados apenas para os nossos próprios problemas.

A generalização da depressão deve ser levada em conta não das vicissitudes psicológicas de cada um ou das ‘dificuldades’ da vida atual, mas, sim, da deserção da *res publica* que foi limpando o terreno até o advento do indivíduo puro, do Narciso em busca de si mesmo, obcecado por si mesmo e, assim sendo, suscetível de enfraquecer ou desmoronar a qualquer momento diante da diversidade que enfrenta desarmado, sem força exterior. [...] Envelhecer, engordar, enfeiar, dormir, educar os filhos, sair de férias... tudo se transforma em problema. As atividades elementares se tornam impossíveis.

(LIPOVETSKY, 2005, p. 28 e 29)

Não é interesse dessa aula discutir as diversas interpretações que existem para o que se denomina globalização. Aqui, como propõe Hobsbawm (2000), estamos definindo-a como um conjunto de atividades ligadas ao desenvolvimento do capitalismo, mas que não se limitam aos seus aspectos econômicos, tendo em vista que dependem da supressão dos empecilhos técnicos, assim como de vencerem os limites impostos pelas resistências do tempo e do espaço. Desta forma, interessa entender que, se vivemos em redes de interações e concebemos as estruturas das quais participamos como processos, as transformações ora em curso, ainda que se inscrevam na escala macro, afetam a todos nós, mesmo naqueles aspectos mais comezinhos de nossa vida cotidiana.

Assim, se, nesta fase do capitalismo, as trocas de informações com outros lugares do mundo, a intensificação dos fluxos comerciais entre as regiões, a formação de organismos internacionais para assuntos diversos, a crença generalizada de que vivemos na era do conhecimento e do multiculturalismo, o uso das tecnologias em várias áreas das atividades humanas podem ser vistos como aspectos positivos dessa globalização, por outro lado problemas como o aumento do fosso da desigualdade entre os ricos e os pobres, a violência urbana, a exclusão digital, a homogeneização cultural, a lógica consumista, a intolerância, entre outras, podem ser considerados os aspectos negativos enfrentados pelo indivíduo comum, que mesmo não fazendo parte de uma aldeia global homogênea é, muitas vezes, persuadido a acreditar que sim.

Podem ser identificadas quatro consequências da globalização para a educação, todas elas evadas de tensões e contradições: a) a crescente centralidade da educação na discussão acerca do desenvolvimento e da preparação para o trabalho, decorrente das mudanças em curso na base técnica e no processo produtivo; b) a crescente introdução de tecnologias no processo educativo, por meio de *softwares educativos* e pelo recurso à educação a distância; c) a implementação de reformas educativas muito similares entre si na grande maioria dos países do mundo; d) a transformação da educação em objeto do interesse do grande capital, ocasionando uma crescente comercialização do setor.

(OLIVEIRA, 2009, p. 740)

E é justamente neste contexto que, desde então, muitos educadores estão a se perguntar: afinal, qual o papel da educação em meio às transformações sociais que vivenciamos na atualidade?

A Educação Formal: bem público ou serviço negociável?

No dia 7 de junho de 2005, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública para debater o polêmico tema da possibilidade de inclusão da Educação no Acordo Geral de Serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC), ficando assim alguns aspectos do setor sujeitos às regulações desta instituição. Note que se trata de uma discussão que veio na esteira das transformações citadas anteriormente. Na ocasião, estudiosos e representantes de diversas instituições se posicionaram. Muitos foram contrários por considerarem que tal inclusão transformaria a Educação em mercadoria, e isso traria graves implicações para a autonomia da sociedade brasileira e a sua soberania nacional. Por outro lado, houve quem fosse favorável por entender que tal medida injetaria um sopro de modernização na Educação Superior, tendo em vista a importância dos financiamentos para a pesquisa e a necessidade de se produzir novas tecnologias. Houve ainda quem entendesse que tal discussão não fazia muito sentido, levando em consideração que, mais cedo ou mais tarde, o país não teria como suportar a pressão internacional para abertura de seu mercado, sem falar no fato do pudor em tratar a educação como mercadoria ser despropositado, já que a Educação Superior desde muito vinha sendo oferecida como serviço negociável.

Não vamos entrar nos pormenores das posições que relatamos acima, pois fugiria um pouco ao propósito imediato de nossa aula. A discussão sobre a natureza pública da educação não foi travada apenas no Brasil, mas em vários países que, de alguma forma, vinham e vêm enfrentando pressões por parte dos agentes sociais dessa nova ordem global para mudança de suas regras internas. Em junho de 2006, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma instituição que agrupa dezenas de países industrializados de economia de mercado, também realizou um encontro com os seus Ministros do Ensino para uma análise das políticas educacionais com enfoque no Ensino Superior e na liberação dos mercados. Ao final da reunião, o secretário-geral da OECD, o senhor Angel Gurría, pronunciou-se a respeito:

Education is now an internationally traded commodity. It has become exportable, portable and tradeable, the OECD secretary-general, Angel Gurría, told a news conference on the closing day

of an OECD education ministers' meeting in the coastal Athens resort of Lagonissi. *Education is not an exception, it (too) is being globalized*, he said.²

Obviamente que muitos estudiosos discordam do diagnóstico proferido pelo secretário da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), Angel Gurría. Afinal, existem interpretações as mais variadas sobre o tema e uma pluralidade de experiências pelo mundo. De qualquer forma, todos aqueles que se posicionam na arena pública deixam sempre uma pista para inferirmos sobre a sua visão política, as práticas pedagógicas, as concepções didáticas e outras questões referentes ao campo da educação. Vejamos algumas posições:

“Lidamos com uma concepção educacional envolvendo ideias de competência, habilidades, certificações, muito voltadas para o posto do trabalho. O raciocínio lógico é que, para esse capitalismo estar seguro, começa seu movimento preparando o trabalhador nos conjuntos de competências que o mercado quer. A sociedade flexibiliza as leis de trabalho de sorte que ele não fosse mais protegido por um contrato coletivo, mas fizesse um contrato individual a partir de educação por competência, contratação por competência e remuneração por competência. [...] A educação deixa de ser um direito para tornar-se um serviço como qualquer outro. O Estado vai garantir este serviço a uma determinada faixa, no caso prioriza a educação fundamental, da primeira a oitava série, podendo prorrogar até o nível médio, e mesmo assim sob o ponto de vista dos interesses privados. Pela primeira vez o Estado faz a política unidimensional do mercado. A pessoa excluída do mercado é tornada um cidadão mínimo, com diz Milton Santos, um deficiente cívico.” (Galdêncio Frigotto, entrevista, *Revista Mais Humana* – Nº 4 – Outubro 2002. In: <<http://www.uff.br/maishumana/gaudenciofrigotto.htm>>)

“Estes novos abismos criados dentro de uma mesma sociedade exigem uma reformulação do sistema educativo e de todas as formas de difusão da cultura. Na América Latina há uma grande resistência nas escolas para incorporar as novas tecnologias e também a indústria cultural de forma geral. Ainda existem educadores pensando que a televisão é a grande inimiga da escola. E durante décadas esse pensamento tem produzido uma nova geração que se socializa de uma forma na escola e de outra em casa, com os amigos. As novas tecnologias passaram por várias etapas. A primeira delas foi levar computadores para todas as es-

2 “A educação é hoje uma commodity negociável. Ela tornou-se exportável, portátil e negociável”, disse o secretário geral da OCDE, Angel Gurría, em entrevista no dia de encerramento da conferência dos ministros da educação da OCDE, reunidos no litoral de Atenas, no resort de Lagonissi. “A educação não é uma exceção. Ela (também) está sendo globalizada”, ele disse..” (tradução livre) Disponível em: <http://findarticles.com/p/articles/mi_kmafip/is_200606/ai_n16553287/>.

colas, e não deu certo; em função disso, a etapa seguinte foi formar os educadores para as novas tecnologias. Muitos jovens se acostumaram a ler e escrever nos monitores dos computadores e quando não encontravam computadores disponíveis nas bibliotecas, estabelecia-se um distanciamento dos jovens. Não se trata de dizer que hoje não se lê mais, mas é que se lê de outra forma. É por isso que as escolas devem reformular suas estratégias”. (Entrevista com Néstor García Canclini, 2007. Fonte: *Educarred Argentina* <http://www.educarede.org.br/educa/index.cfm?pg=internet_e_cia.informatica_principal&id_inf_escola=661>)

“Porque, embora seja uma aspiração profunda de toda a humanidade, a atual sociedade – tal como está configurada – desenvolve em todos nós uma dinâmica de agressividade, de ver o outro como inimigo, como competidor. O diferente é sempre o inimigo e você deve proteger-se dele. Para isso precisa atacá-lo, discriminá-lo e se valer de atos violentos. A paz questiona esta lógica de olhar o outro como inimigo. Questiona a lógica da sociedade atual, a sua dinâmica cotidiana, onde todas as pessoas estão diariamente guerreando para sobreviver, e a lógica das relações internacionais, centrada no poder bélico e econômico, que passa por cima de todas as regras de convivência e de negociação. (Entrevista com Vera Candau – *Jornal e Educação*. In: <<http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/biblioteca/entrevistas/em-defesa-da-educacao-para-a-paz/>>)

“Os problemas da educação brasileira são difíceis e complexos. É preciso realizar um trabalho constante e sistemático de diagnóstico para resolvê-los, além de um estudo da literatura especializada e das experiências de outros países. Outros fatores fundamentais são a melhoria dos centros de pesquisa, estudos e formação, e o envolvimento de profissionais de outras áreas – economistas, juristas, sociólogos – com essas questões. A meu ver, é a educação fundamental que mais precisa de um investimento maior, mais forte e cuidadoso. (Entrevista com Simon Schwartzman. *Jornal O Globo*, 17/06/2005. Disponível em: <http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=747&var_recherche=schwartzman>)

Verificamos nos trechos das entrevistas dos estudiosos citados que são vários os desafios a serem enfrentados para que a educação pública possa cumprir minimamente alguns daqueles princípios que estão delineados na Constituição de 1988, tais como universalização do ensino, apoio para os alunos permanecerem na escola, garantia dos padrões de qualidade, valorização dos profissionais da educação, promoção do conhecimento científico, humanístico e tecnológico. Ora, como não é possível, neste curto espaço de exposição, discutir todos os aspectos das colocações feitas pelos autores anteriores, poderemos, ao menos, inspirados na reflexão de Morin (2000) sobre os setes saberes necessários à educação do futuro, problematizar sobre os não-ditos, “os buracos negros”, que estão presentes em todos os níveis de ensino.

Neste mundo de transformações, precisamos estar atento, ao fato de que todo conhecimento é uma reconstrução, uma

elaboração que busca se aproximar ao máximo da realidade, mas não deve ser confundido como se fosse ela própria. Portanto, qualquer diagnóstico acerca das mudanças sociais na atualidade deve ser pensando também em termos do que comporta de erro e ilusão. Veja que muito do que se aprende na educação formal, por estar descontextualizado e retalhado pelas disciplinas, acaba caindo no buraco negro do esquecimento. Não se trata de subestimar a importância que os conhecimentos disciplinares produziram ao longo do tempo, mas de entender que eles devem ser pensados a partir da perspectiva do contexto em que se situam. (MORIN, 2000)

Outra dificuldade muito recorrente deve-se ao fato de que a nossa identidade humana é ignorada pelos currículos e pelas práticas escolares. Somos indivíduos, somos sociedade e somos da espécie dos *homo sapiens – ludens-economicus-mitologicus*, ou seja, “homo-diversos”. Isso significa dizer que temos uma dimensão biológica, cultural, social e cósmica. Portanto, a nossa formação depende de contribuições que não podem estar limitadas às ciências formais. Por isso, a literatura, o teatro, a música, a dança, as telenovelas, a poesia são imprescindíveis para que possamos lidar com a complexidade de nossa existência. Neste sentido, é crucial uma educação voltada para a compreensão humana, entendendo que vivemos uma realidade de mercado que nos impulsiona para o individualismo, à competição exacerbada, à indiferença e à falta de compaixão para com aqueles que são grosseira e pejorativamente chamados de “perdedores”. (MORIN, 2000)

Vivemos no mundo como se fosse um lugar muito previsível. O princípio da incerteza é, talvez, um dos mais ignorados nos processos educacionais. Ainda que as ciências tenham avançado, em termos de produzir conhecimentos para dissiparem nossos medos dos perigos que nos cercam, a ideia que temos do controle do presente vem sendo cada vez mais substituída pelas incertezas que assolam não só nosso futuro, mas todos os processos naturais e culturais. É por isto que a preocupação com a nossa condição planetária é de uma legitimidade estonteante, tendo em vista que as condições na Terra é nosso destino comum. Questões como destruição do meio-ambiente, guerras nucleares, conflitos étnico-religiosos, violência urbana, onde quer que ocorram têm repercussão na vida de cada um de nós. Então, também por isso, a educação precisa ajudar a construir uma “antropo-ética”, na qual deverão estar inclusas a autonomia pessoal, a responsabilidade social e a nossa participação no gênero humano. E devemos nos lembrar que a democracia, a solidariedade, o respeito à diversidade são princípios fundamentais para essa estruturação. (MORIN, 2000)

Enfim, fizemos um apanhado muitíssimo sintético do que foi proposto por Morin (2000) para a educação do futuro. Mas como ele mesmo diz que não temos futuro e nem a certeza de vir a tê-lo, mais do que nunca é necessário colocarmos algumas dessas ideias em prática. Como? Bem, não há uma fórmula pronta para isso.

CONHECENDO MAIS SOBRE

- Para se aprofundar na proposta de Edgar Morin é imprescindível a leitura do livro que serve de base para essa aula: MORIN, Edgar (1921). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.
Link: <<http://www.juliotorres.ws/textos/textosdiversos/SeteSaberes-EdgarMorin.pdf>>.
- Uma análise muito informativa sobre a penetração dos fundos financeiros na Educação Superior no Brasil e a presença de ações das instituições educacionais na bolsa de valores pode ser encontrada no artigo: “A transformação da educação em mercadoria no Brasil”, de Romualdo Portela de Oliveira. *Revista Educação e Sociedade*. v. 30, nº 108. Campinas, SP: out. 2009.
Link: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302009000300006&script=sci_arttext>.
- Para uma análise sobre a relação entre o processo de globalização e duas proposições distintas para a educação no mundo, leia: “Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional comum “ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”, de Roger Dale. *Revista Educação e Sociedade*. v. 25, nº 87. Campinas, SP: maio/ago. 2004. p. 423-460.
Link: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.
- Se você quiser saber um pouco mais sobre a juventude na América Latina veja uma entrevista esclarecedora com o antropólogo latino-americano Nestor Garcia Canclini, tendo por tema “La juventud extraviada”.
Link: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3304_1.pdf>.
- Um retrato da situação de alunos pobres e ricos nas escolas públicas e privadas do Brasil você poderá encontrar no prestigiado documentário “Pro dia nascer feliz”, de João Jardim, 2007. Um trecho pode ser assistido
Link: <<http://www.youtube.com/watch?v=uxEQhcZNHfM>>.
- Ao longo da aula citamos alguns trechos de entrevistas com autores como Vera Candau, Nestor Canclini, Simon Schwartzman e Galdêncio Frigotto. Caso disponha de acesso à Internet, entre nos endereços disponibilizados ao fim das citações e leia as entrevistas na íntegra.

COMO VIMOS NESTA AULA...

A reestruturação das sociedades capitalistas a partir das últimas décadas do século XX, somadas às transformações decorrentes da compressão do tempo e do espaço no uso das novas tecnologias, alteraram sensivelmente o ritmo das mudanças à nossa volta. Desde então, adaptar-se à aceleração e à volatilidade tornou-se condição imperativa para aqueles que desejam ser considerados vencedores. Neste contexto é que emerge mais uma vez no cenário público a discussão sobre o significado da educação em meio a tantas transformações. Ou acompanhar a mudança se tornando um serviço negociável ou resistir nas trincheiras daqueles que a consideram um bem público, não redutível à condição de mercadoria.

ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

- 1 Nestor Canclini chama a atenção para a resistência das escolas em aderirem ao uso de novas tecnologias e à indústria cultural. Ele destaca o preconceito que muitos professores ainda possuem em relação à televisão. Numa pesquisa realizada no ano de 2004, pela professora Vânia Carneiro da UNB (Universidade Nacional de Brasília), foi possível verificar que os nossos jovens e crianças estão entre os que mais a assistem no mundo, passam cerca de 4 horas diante do aparelho de televisão. Os seus programas prediletos são os filmes, desenhos, novelas, programas informativos, entre outros. A partir do tema “O não dito, as ideologias e as amnésias sociais nas narrativas televisivas”, escolha alguns programas de um canal da TV aberta e demonstre como você problematizaria os seus conteúdos para desenvolver uma aula que tenha como foco: “Os meios de comunicação e a construção das identidades no Brasil”.
- 2 O sociólogo Simon Schwartzman, ao destacar a complexidade da realidade brasileira, chama a atenção para a necessidade de uma análise sistemática de nossas políticas educacionais, de fazer pesquisas e estudar as bibliografias existentes. No caso das Ciências Sociais, excluindo os profissionais dogmáticos, desde cedo aprendemos a lidar com uma diversidade de interpretações acerca da realidade social, de forma a perceber as pertinências e as lacunas de cada uma das abordagens existentes. Assim, se você tivesse que trabalhar com um tema como “Globalização e educação na atualidade”, que abordagens utilizaria e como organizaria essa aula?

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo – a transformação das pessoas em mercadoria*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HOBBSBAWN, Eric. *O novo século* (entrevista a Antônio Polito). São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio – ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Trad. Therezinha Monteiro Deutsch. São Paulo: Manole, 2005.

MORIN, Edgar (1921). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000. [Revisão Técnica: Edgard de Assis Carvalho].

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil – *Revista Educação e Sociedade*. v. 30. n. 108. Campinas, SP: out. 2009.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SIMMEL, George. La Moda. In: _____. *Sobre La Aventura – Ensayos Filosóficos*. Barcelona: Península, 1988.